



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2007

ÍNDICE

Relatório de Sustentabilidade 2007

Mensagem do Conselho de Administração	1
1. Visão e Estratégia	3
2. Apresentação e Perfil da APA	7
2.1. Organização	8
2.2. Evolução Histórica	8
2.3. Competências e serviços prestados	9
2.4. Área de jurisdição	10
2.5. Estrutura operacional	11
2.5.1. <i>Hinterland</i> e proximidade de regiões espanholas	11
2.5.2. <i>Foreland</i>	12
2.5.3. Zonas Portuárias	13
2.5.4. Acesso Terrestre	15
2.5.5. Acesso Marítimo	15
2.6. Localização	15
2.7. Dimensão	16
3. Parâmetros para o Relatório	17
3.1. Perfil do Relatório	18
3.2. Âmbito do Relatório	18
4. Governação, compromissos e envolvimento	19
4.1. Governação	20
4.1.1. Estrutura de Governação	20
4.1.2. Envolvimento das partes interessadas	22
4.1.2.1. Clientes	22
4.1.2.2. Fornecedores	23
4.1.2.3. Concessionários	23
4.1.2.4. Administração Central e Local	24
4.1.2.5. Comunidades Locais	24
4.1.2.6. Instituições Académicas	24
4.1.2.7. Outros elementos da Comunidade Portuária	24
4.1.2.8. Colaboradores	25
5. Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho	27
5.1. Indicadores de Desempenho Económicos	28
5.1.1. Desempenho Económico-Financeiro	28

5.1.2. Análise ao Investimento	30
5.1.3. Análise de tráfego e mercado	32
5.2. Indicadores de Desempenho Ambiental	32
5.2.1. Gestão Ambiental	32
5.2.2. Desempenho Ambiental	35
5.2.2.1. Energia	35
5.2.2.2. Água	36
5.2.2.3. Biodiversidade	37
5.2.2.4. Emissões atmosféricas	39
5.2.2.5. Águas residuais	40
5.2.2.6. Resíduos	41
5.2.2.7. Risco de derrame	43
5.2.2.8. Conformidade	43
5.2.2.9 Custos e Investimentos com a Protecção Ambiental	44
5.3. Indicadores de Desempenho Social	44
5.3.1. Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno	44
5.3.1.1. Emprego	44
5.3.1.1.1. Evolução do Efectivo	44
5.3.1.2. Relação entre funcionários e administração	44
5.3.1.2.1. Regime laboral	44
5.3.1.3. Segurança e Saúde no Trabalho	45
5.3.1.3.1. Acidentes de Trabalho	45
5.3.1.3.2. Taxa de Absentismo	45
5.3.1.3.3. Formação e Educação	47
5.3.2. Diversidade e igualdade de oportunidades	48
5.3.2.1. Por categoria funcional	48
5.3.2.2. Por faixa etária	48
5.3.3. Direitos Humanos	48
5.3.3.1. Não-Discriminação	48
5.3.3.2. Liberdade de Associação e acordo de negociação colectiva	49
5.3.3.3. Trabalho Infantil	49
5.4. Segurança	49
5.4.1. ISPS – International Ship and Port Facility Security Code	49
5.4.2. VTS – Vessel Traffic System	49
5.4.3. Plano de Emergência	50
6. Índice do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade	52
7. Glossário e critérios de cálculo dos indicadores	60
7.1. Glossário	61
7.2. Critérios de cálculo	62
7.2.1. Indicadores Económicos	62
7.2.2. Indicadores Ambientais	62
7.2.3. Indicadores Sociais	63

Mensagem do Conselho de Administração

É com imensa satisfação que a Administração do Porto de Aveiro, S.A. (APA) elabora, pela primeira vez, o Relatório de Sustentabilidade.

Este relatório prossegue os objectivos delineados nas Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo Portuário, no âmbito das quais se assume como uma das acções prioritárias, a publicação anual, a partir de 2008, de um Relatório de Sustentabilidade que, *“tratando a dimensão ambiental, incida, também, nas dimensões social e económica, todas elas articuladas com o sistema de gestão da própria empresa e a respectiva tomada de decisão”*.

A elaboração deste relatório seguiu as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade divulgados pela *Global Reporting Initiative* (GRI), cuja referência vai sendo feita ao longo do texto, com vista a uma melhor compreensão dos objectivos pretendidos em cada ponto apresentado.

“A estrutura de relatórios da GRI visa servir como estrutura globalmente aceite para a elaboração de relatórios sobre o desempenho económico, ambiental e social de uma organização, tendo sido concebida para ser utilizada por organizações de qualquer dimensão, sector ou localização”, pelo que reconhecemos conveniente seguir este modelo.

Com o Relatório de Sustentabilidade ambicionamos evidenciar a crescente necessidade de prosseguir objectivos económicos de rentabilidade sem comprometer as gerações futuras, tendo sempre presente a responsabilidade social da empresa no que diz respeito a factores ambientais e humanos, cada vez mais inevitável numa economia global e atenta à sustentabilidade do meio circundante.

A todos os nossos colaboradores, à comunidade portuária, clientes e fornecedores agradecemos o seu contributo para o desenvolvimento e consolidação do trabalho desta empresa, para o desenvolvimento da Comunidade, para a preservação do Meio Ambiente e para o aumento da qualidade de vida de todos nós.

O Conselho de Administração

José Luís de Azevedo Cacho (Presidente)

Rui António Monteiro Gomes de Paiva (Vogal)

Luís Manuel Dionísio Marques (Vogal)

1. Visão e Estratégia

Tendo em conta a fase de transição que caracteriza actualmente o porto de Aveiro e o imperativo prioritário de aproveitamento e potenciação das suas novas valências infra-estruturais no contexto dos mercados nacional, ibérico e internacional, a Visão do porto no horizonte 2015 foi definida fundamentalmente com base nas características endógenas do porto de Aveiro, por forma a valorizar e explorar os seus pontos fortes e a eliminar, ou minimizar, os seus pontos fracos.



Visão do porto de Aveiro no horizonte 2015

A Visão é consubstanciada no seguinte desiderato: *“O porto de Aveiro será um dos mais dinâmicos e competitivos portos da Faixa Atlântica da Península Ibérica no transporte de curta e média distância, e possuirá um amplo pólo de desenvolvimento logístico e industrial”*.

Para a prossecução desta Visão foram definidos três objectivos estratégicos:

- 1.º - Alargar e potenciar o *hinterland*;
- 2.º - Realizar o potencial de capacidade em reserva e
- 3.º - Melhorar a oferta de serviços portuários.

Com os dois primeiros objectivos, pretende-se potenciar os factores de competitividade endógena do porto, aproveitando:

- A boa inserção territorial do porto, decorrente do dinamismo económico do *hinterland*, da posição geográfica central do porto nesse mesmo *hinterland*, dos bons acessos terrestres e da ausência de pressão urbanística e
- A grande capacidade em reserva no que reporta à acostagem de navios, utilização de terraplenos e valorização dos terrenos em reserva para a instalação de actividades logístico-industriais.

Com o terceiro objectivo pretende-se:

- Minimizar os obstáculos ao desenvolvimento do porto, decorrentes das limitações do seu acesso marítimo e
- Superar os constrangimentos detectados nos processos de gestão e operação portuária.

Para atingir estes objectivos foram definidas, em 2006, Linhas Estratégicas de Desenvolvimento, designadamente, a melhoria dos acessos, o ordenamento territorial, a passagem para o modelo de *Landlord Port*, a melhoria do enquadramento organizacional e regulamentar, a promoção da actuação comercial e o envolvimento da comunidade portuária.

As linhas estratégicas de desenvolvimento compreendem um conjunto de 34 acções/projectos, a seguir apresentadas.

Linhas Estratégicas de Desenvolvimento	Acções / Projectos
Melhoria dos Acessos	Estudo de navegabilidade do acesso ao porto
	Dragagens de estabilização do acesso ao porto
	Estudo de reconfiguração do acesso / barra do porto
	Reconfiguração do acesso/barra do porto
	Construção do acesso ferroviário, pela REFER
	Conclusão da 3.ª fase da via de cintura
Ordenamento Territorial	Criação da Zona de Actividades Logísticas e Industriais (ZALI)
	Elaboração do Plano da zona transição entre a ZALI e a zona urbana envolvente
	Implementação de um sistema de informação geográfica
	Concretização do projecto da marina da Barra
Passagem para Modelo de <i>Landlord Port</i>	Preparação de um concurso público internacional para a concessão dos terminais de carga seca da zona norte
	Lançamento do concurso público internacional para a concessão dos terminais de carga seca da zona norte
	Adjudicação da concessão dos terminais de carga seca da zona norte
	Reorganização dos serviços de exploração portuária, decorrente da concessão
Melhoria do enquadramento organizacional e regulamentar	Elaboração do Regulamento de Exploração
	Conclusão da actualização do sistema GESPOR
Melhoria do enquadramento organizacional e regulamentar	Conclusão da implementação do sistema informático de gestão da APA (GIAF)
	Implementação do sistema VTS
	Reorganização dos serviços de coordenação e controlo do movimento portuário dos navios
	Conclusão do processo de certificação ambiental
	Implementação do sistema de qualidade interno da APA
	Clarificação do quadro de intervenção da mão-de-obra portuária

Promoção da actuação comercial	Elaboração de um estudo de mercado
	Elaboração de um plano de actuação comercial
	Elaboração de um plano de promoção e relações externas
	Criação na APA de um observatório de mercado
	Elaboração de um dossier do investidor da ZALI
	Criação na APA de um gabinete de apoio ao cliente
Envolvimento da comunidade portuária	Institucionalização de um órgão com funções consultivas envolvendo toda a comunidade portuária
	Parcerias com a comunidade intraportuária
	Parcerias com a comunidade extraportuária
	Simplificação e informatização dos procedimentos administrativos e aduaneiros
	Elaboração da carta de qualidade do porto de Aveiro
	Promoção conjunta do porto de Aveiro

2. Apresentação e Perfil Organizacional

2.1. Organização

A APA é uma sociedade de capitais exclusivamente públicos, que visa a exploração económica, conservação e desenvolvimento do porto de Aveiro.

2.2. Evolução Histórica

A génese do Porto de Aveiro está ligada à história da Ria e à obra de fixação e abertura da Barra de Aveiro. Aveiro presenciou desde meados do século XVIII sucessivas intervenções políticas, económicas e técnicas em prol da abertura da ligação do Mar à Ria de Aveiro. A história conta que desde 1757 foram inúmeros os estudos técnicos para a fixação da sua localização.

A 3 de Abril de 1808, cabe aos Engenheiros Reinaldo Oudinot e Luís Gomes de Carvalho a concepção do primeiro grande estudo para a abertura da obra da barra, é marcada a abertura da barra de Aveiro, constituindo este o primeiro marco para o desenvolvimento deste porto. Desde então, Aveiro cria a sua identidade, única a nível nacional, prospera com a abertura do porto ao comércio internacional, com um sector de pesca (costeira e longínqua) dos mais importantes ao nível nacional, atraindo indústrias e restituindo crescimento e riqueza à região.

Depois da fixação da barra, até meados do século XX, ampliaram-se molhes e construíram-se diques. É do engenheiro Von Hafe a autoria daquele que pode ser considerado um dos primeiros planos para o Porto de Aveiro: projecção de um porto de pesca e um porto comercial junto ao Canal de S. Roque, na cidade Aveiro. Em meados do séc. XX é criada a Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro (JARBA) e é orientado pelo engenheiro Coutinho de Lima o “Esquema Geral do Porto Interior de Aveiro” e os planos de arranjo e exploração dos portos de pesca do largo (porto bacalhoeiro), do porto de pesca costeira e do porto comercial.

Em 1974, o “Plano Director de Desenvolvimento e Valorização do Porto e Ria de Aveiro”, já com a JARBA transformada em JAPA (Junta Autónoma do Porto de Aveiro) aponta no sentido duma deslocação dos terminais portuários para zona próxima da entrada da Barra, onde hoje se situa a mais importante estrutura comercial do porto.

O ano de 1998 constitui um novo marco na história do Porto, com a conversão da JAPA em APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A., sendo-lhe assim reconhecido o estatuto de porto de âmbito nacional. Com as novas competências que lhe foram atribuídas no desenvolvimento do porto e a maior autonomia, a Administração do Porto de Aveiro procedeu à revisão do “Plano de Ordenamento e Expansão do Porto de Aveiro”, incluindo a ligação ferroviária do Porto de Aveiro à linha do Norte e a conclusão e melhorias das suas infra-estruturas.

Em 2005, já com a área de jurisdição reduzida apenas ao espaço com interesse portuário (diploma de 2002), a Administração elaborou e aprovou o “Plano Estratégico do Porto de Aveiro”, disponível em www.portodeaveiro.pt e que sustentará a gestão e futuro do porto até 2015.

A APA, é hoje uma empresa empenhada em cumprir a sua missão perante a sociedade e em garantir o futuro sustentável do porto, não deixando de valorizar o seu bicentenário histórico. É neste contexto, que o Porto de Aveiro assume como missão *facultar o acesso competitivo de mercadorias aos mercados regionais, nacionais e internacionais, promovendo assim, o desenvolvimento económico da sua região.*

De uma forma inovadora e dinâmica, a APA assume assim um compromisso público perante a sociedade civil e comunidade portuária, evocando cinco valores fundamentais de actuação:

- Satisfação do Cliente: Orientação para a qualidade da prestação de serviços, com permanente adaptação às necessidades dos clientes.
- Rentabilização económica: Rentabilização do porto, obtenção dos benefícios para os agentes e actores portuários e geração de riqueza para a economia regional.
- Respeito pelo Ambiente: Subordinação da actividade aos valores e condicionalismos ambientais e aos princípios de desenvolvimento sustentável.
- Garantia de segurança: Garantias de segurança e prevenção dos riscos ambientais;
- Conformidade social e institucional: Observância dos princípios e políticas nacionais e europeias e compromisso com as normas de natureza ética e de responsabilidade social.

2.3. Competências e serviços prestados

Enquanto administração portuária, a APA assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do porto de Aveiro nos seus múltiplos aspectos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efectivos e de exploração portuária e ainda as actividades que lhe sejam complementares subsidiárias ou acessórias.

No âmbito das aludidas atribuições a APA tem competências para:

- Atribuição de usos privativos e definição do respectivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens do domínio público que lhe está afecto, bem como à prática de todos os actos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;
- Licenciamento de actividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os actos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- Expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- Fixação das taxas a cobrar pela utilização dos portos, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a actividades comerciais ou industriais;
- Protecção das suas instalações e do seu pessoal;

- Uso público dos serviços inerentes à actividade portuária e sua fiscalização;
- Definir das condições de segurança de funcionamento do porto, em todas as suas vertentes, tendo em atenção a necessidade de garantir, de forma adequada, a sua exploração comercial;
- Definir o assinalamento marítimo, precedido de parecer técnico em matéria de assinalamento, de hidrografia e das competências da autoridade marítima nacional, a submeter pelos órgãos locais da Direcção-Geral da Autoridade Marítima, bem como a instalação, manutenção e funcionamento do mesmo;
- Preparação e emissão de avisos à navegação, sempre que se mostre necessário dar conhecimento público de limitações de condições de segurança existentes ou da sua eliminação;
- Elaborar normas especiais sobre o acesso, a entrada, a permanência e a saída de navios do porto, em matéria de segurança marítima e portuária, no respeito do disposto na regra n.º 1, alínea b, do Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no mar - 1972, aprovado para ratificação pelo Decreto n.º 55/78, de 27 de Junho, e de acordo com o respectivo Regulamento de Exploração Portuária;
- Certificação da Segurança Marítima e Portuária dos navios e embarcações, quando aplicável sem prejuízo das competências próprias do Instituto Marítimo-Portuário;
- Promoção da interacção dos centros de telecomunicações com a área de segurança portuária, planos de segurança, de contingência e de emergência, designadamente através do centro de controlo de tráfego portuário, quando exista, e da intercomunicabilidade com a entidade responsável pelo Sistema Nacional para a busca e Salvamento Marítimo;
- Estabelecer as condições de navegabilidade nas águas sob sua jurisdição, garantindo, nomeadamente a manutenção de fundos nas vias navegáveis, nos canais de acesso e zonas de manobra, junto aos cais e terminais, bem como nas áreas de fundeadouros;
- Definir o uso dos meios e das condições de prestação dos serviços de assistência à manobra de navios;
- Fixar os fundeadouros ou os seus limites e definir a sua utilização;
- Estabelecer os condicionalismos de atracação e de largada de navios em função das exigências de segurança e dos requisitos de interesse comercial;
- Promover o cumprimento dos condicionamentos de natureza administrativa ou judicial;
- Fixar as regras de manuseamento, armazenagem e transporte de cargas perigosas e fiscalizar o cumprimento das normas em vigor sobre esta matéria;
- Prevenir e combater a poluição, salvo a matéria relativa a contra-ordenações;
- Participar nas acções referentes à preservação e à protecção do património subaquático e estabelecer com as entidades competentes as condições de intervenção;
- Promover as diligências necessárias à remoção dos cascos ou destroços das embarcações afundadas ou encalhadas e de outros materiais submersos na sua área de jurisdição.

2.4. Área de jurisdição

A Área de jurisdição da APA integra:

- A faixa da costa, dentro do limite da largura máxima legal do domínio público marítimo, compreendida entre o paralelo + 108 000 (cerca de 80 metros a sul do Molhe Sul) e 50 metros a norte do Molhe Norte;
- Os terraplenos afectos à exploração e de expansão do porto de Aveiro, que incluem o Terminal Sul, o Terminal Norte, o Terminal de Granéis Líquidos, o Porto de Pesca Costeira e o Porto de Pesca do Largo;
- Os canais de navegação adjacentes aos terraplenos de exploração e expansão (e respectivas margens dentro do Domínio Público Marítimo):
 - No canal de Mira - situados a norte da ponte da Barra;
 - No canal de S. Jacinto - situados a sul do cais da Pedra;
 - No canal de Ílhavo - situados a norte da ponte da EN 109-7;
 - No canal principal de navegação, no concelho de Aveiro - a poente do vértice nascente da marinha Moleira;
 - Na cale do Espinheiro - situados a sul de uma linha que une o vértice sul da marinha Garras e o vértice norte da marinha Cancela do Mar ou Cancela do Sudoeste.



2.5. Estrutura operacional

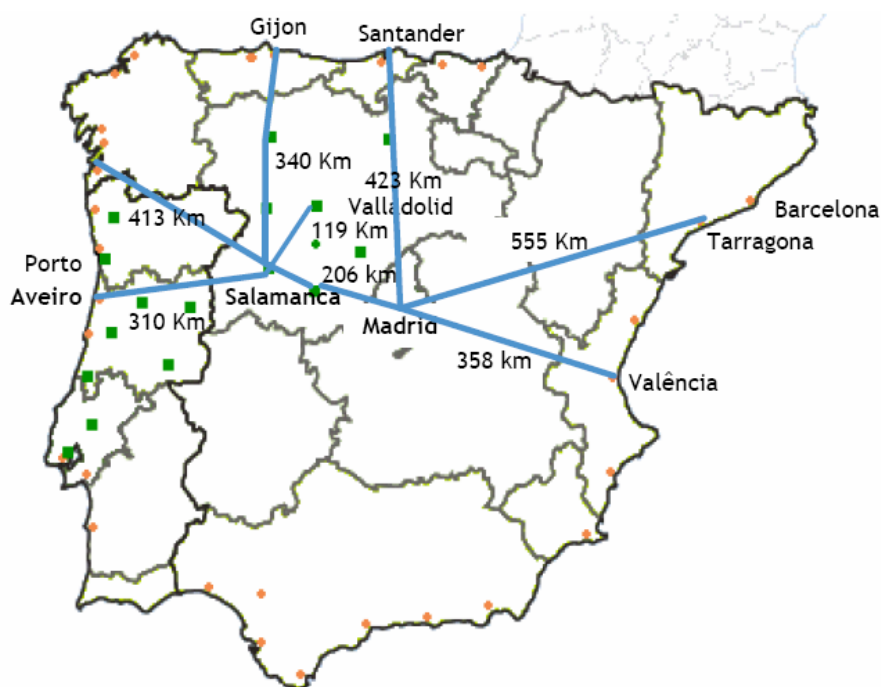
O porto de Aveiro é considerado a maior infra-estrutura de movimentação de carga geral convencional do Norte de Portugal, dado que a partir de Aveiro é possível ligação a múltiplos destinos e mercados.

2.5.1. *Hinterland* e proximidade de regiões espanholas

Concretamente, o porto de Aveiro é a infra-estrutura portuária geograficamente mais próxima da cidade de Salamanca (310 km por estrada), possuindo, assim, uma situação privilegiada relativamente a esta cidade, bem como à zona oeste da província espanhola de Castela-Leão, onde

concorre directamente com os portos da costa norte da Península, Gijón e Santander, que estão a uma distância de Salamanca superior a 340 km e 370 km, respectivamente.

Em relação a Madrid, os portos mais próximos são os do Levante valenciano, ficando o porto de Aveiro quase 1,5 vezes mais distante que o de Valência (516 km vs 358 km), o que se traduz numa situação menos privilegiada para a captação de tráfegos destinados a esse mercado.



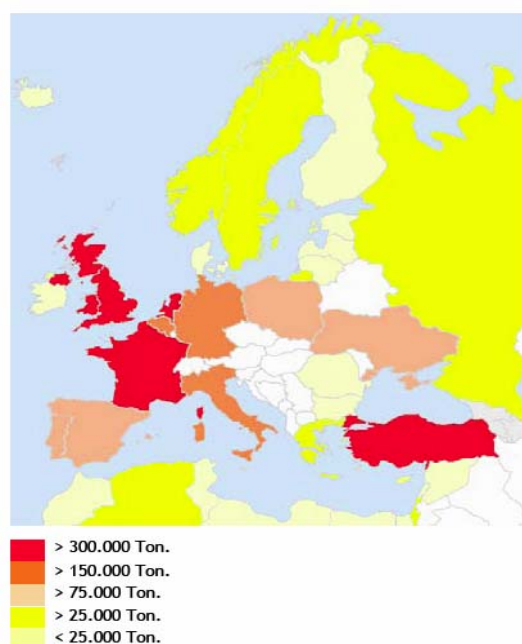
Com um tráfego anual de cerca de 3,3 milhões de toneladas, Aveiro é um porto multi-funcional, desempenhando um papel primordial no serviço dos diversos sectores da indústria do seu actual *hinterland*, tais como a indústria cerâmica, química, vitivinícola, metalúrgica, madeira e derivados, agro-alimentar e construção.

2.5.2. Foreland

As mercadorias movimentadas no porto de Aveiro têm origem/destino na sua quase totalidade nos países mediterrânicos e do norte da Europa, o que configura o porto de Aveiro como um *short sea port* (porto de curta distância).

O *foreland* do porto de Aveiro inclui todos os países do norte da Europa e todos os países do mar Mediterrâneo e mar Negro, com excepção da ex-Jugoslávia e do Cáucaso.

Assim, 50% do tráfego (1,6 milhões de toneladas em 2004) é efectuado com a Holanda, França, Reino Unido e Turquia, apresentando-se também a Itália,



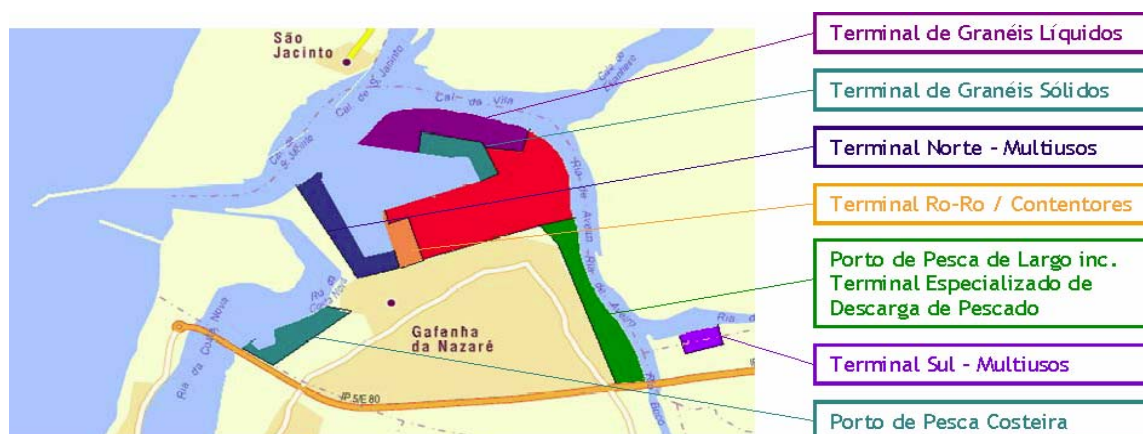
Alemanha, Bélgica, Polónia e Ucrânia com volumes de tráfego significativos.

É ainda de registar o volume de tráfego efectuado com outros portos de Portugal e Espanha, superior a 200.000 toneladas por ano, e as quase 100.000 toneladas movimentadas com os países da costa atlântica do continente americano (EUA, Canadá, Venezuela e outros), o que indicia a existência de mercado potencial para o porto de Aveiro desenvolver o tráfego de média distância.

2.5.3. Zonas Portuárias

O porto de Aveiro dispõe de:

- 5 terminais adequados para movimentar todo o tipo de mercadorias;
- 2 terminais especializados para a pesca;
- Uma das maiores capacidades de acostagem para terminais multiusos dos portos nacionais;
- Uma grande superfície de terrapleno;
- Uma reserva de terrenos, destinada à implantação da plataforma Logística de Aveiro (incluída no Plano Logístico Nacional) que lhe permitirá acolher operações de armazenamento de longa duração e outras actividades logísticas e industriais.



• Terminal Norte - Multiusos



Este terminal possui 10 postos de acostagem multiusos (1.150 metros) de cais com fundos à cota de -12 metros (Z. H.) com cerca de 36 ha para apoio a actividades logísticas, dispondo de 8 armazéns.

Este terminal encontra-se vocacionado para a movimentação de carga geral e granéis sólidos tendo como principais mercadorias movimentadas o cimento, cereais, pasta de papel, perfilados metálicos, aglomerados de madeira e argilas.

• Terminal de Granéis Líquidos



É constituído por 6 pontes-cais: 3 postos de acostagem à cota -12,00m (Z.H.) e 3 ponte-cais à cota -7m. As instalações são exploradas por diversas entidades privadas que se dedicam à movimentação e armazenagem de produtos químicos, produtos vitivinícolas e derivados de petróleo.

- **Terminal de Granéis Sólidos**



Este terminal oferece um total de 750 metros de cais (400 m para granéis não alimentares e 350m dedicados ao segmento agro-alimentar) com uma área de terraplenos com cerca de 151 mil m² direccionada a clientes dedicados a estes segmentos.

- **Terminal Roll-On / Roll-Off e Contentores**



Este terminal consta de um cais com 450 metros de comprimento, fundos à cota de - 12,00 m (Z.H.), 138.000 m² de terraplenos devidamente infra-estruturados, com áreas definidas para estacionamento e (des)embarque.

- **Terminal Sul - Multiusos**



A exploração comercial da operação portuária encontra-se concessionada, em regime de serviço público, à empresa Socarpor - Sociedade de Cargas Portuárias (Aveiro), S.A.. Oferece um cais de 400 metros com 4 postos de acostagem multiusos com fundos à cota de -7 metros (Z. H.) e de cerca de 5 ha de terraplenos, e movimenta sobretudo produtos metalúrgicos, cimento, pasta de papel e produtos

agro-alimentares.

- **Porto de Pesca do Largo**



Este terminal serve os armadores de pesca do largo e as indústrias de processamento do pescado instaladas na Gafanha da Nazaré e detém 17 pontes-cais com fundos de aproximadamente -7 metros (Z.H.).

Este sector inclui um Terminal Especializado de Descarga de Pescado com 160 m de comprimento, totalmente equipado com as infra-estruturas necessárias ao funcionamento de uma unidade desta natureza.

- **Porto de Pesca Costeira**



Este sector oferece um conjunto de infra-estruturas dedicadas à descarga, armazenagem e comercialização de pescado para os comerciantes locais.

A lota e a fábrica de gelo encontram-se concessionadas à empresa Docapesca, Portos e Lotas, S.A..

O porto de Abrigo para a Pequena Pesca detém a capacidade para 136 embarcações, dispõe de 1 edifício de apoio e 72 armazéns de aprestos para os comerciantes locais de pescado.

- **Reserva de terrenos: Futura Plataforma Logística do Porto de Aveiro**

Entre o terminal Ro/Ro e o de granéis sólidos existe uma reserva de terrenos com uma área superior a 130 ha, disponível para a implementação de actividades industriais e de logística, e a

possibilidade de construção de mais 1.080 metros de cais de acostagem com fundos à cota -12 metros (Z. H.).



2.5.4. Acesso Terrestre

O porto de Aveiro está servido por um conjunto de acessos rodoviários com características de auto-estrada, estando prevista a conclusão do acesso ferroviário em 2009. Ao nível dos acessos rodoviários, o porto de Aveiro está ligado às principais cidades do País pelas auto-estradas A1, A29, A17 e A25, o que lhe permite uma fácil ligação ao seu *hinterland*. Estas auto-estradas, que se estendem até ao pórtico de entrada do porto, não estão congestionadas e não atravessam zonas densamente urbanizadas.

2.5.5. Acesso Marítimo

As características da barra de acesso ao porto de Aveiro, nomeadamente a cota de profundidade, a largura do canal de entrada e as condições de navegabilidade impostas pelas marés, limitam o gabarito máximo dos navios a cerca de 8 metros de calado e 140 metros de comprimento.

No entanto, o plano de investimentos em curso incluiu a estabilização da barra de acesso marítimo ao porto à cota - 12,5m (Z. H.), através da realização de dragagens periódicas.

A dragagem de estabelecimento está prevista para 2008, no âmbito do projecto de “Intervenção na Zona da Barra de Aveiro com Dragagem e Reforço do Cordão Dunar”. Nos anos seguintes a realização das dragagens de manutenção ficará a cargo da APA, tendo já sido equacionada e quantificada a repercussão dos respectivos custos nas tarifas portuárias.

2.6. Localização

A sede da Administração do Porto de Aveiro situa-se no Forte da Barra, edifício 9, encontrando-se todos os seus principais terminais, com excepção do Terminal Sul (sito no concelho de Aveiro), na cidade da Gafanha da Nazaré, que possui menos de 15 000 habitantes e está integrada no concelho de Ílhavo que tem cerca de 40 000 habitantes. Contrariamente ao que se verifica em outros portos nacionais da faixa atlântica central, o porto de Aveiro não está sujeito a pressões urbanas.

Refira-se que o porto de Aveiro tem a preocupação de salvaguardar os imperativos ambientais associados ao facto de se situar dentro da ria de Aveiro e junto à Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto.



2.7. Dimensão

O porto de Aveiro é o quinto maior porto nacional, depois do porto de Sines, Leixões, Lisboa e Setúbal, pela respectiva ordem de movimentação de mercadorias.

No que diz respeito ao principal tipo de carga movimentada em porto pode dizer-se que a Carga Geral Fraccionada é a que tem maior expressão, tendo-se verificado, no entanto, um acréscimo dos Granéis Sólidos, traduzindo-se este aumento num maior equilíbrio entre os dois tipos de carga.

Contando com o empenho e dedicação de 122 funcionários, no ano transacto, a empresa atingiu um volume de negócios de aproximadamente 11,6 milhões de euros (observando-se uma melhoria em relação a 2006 de cerca de 1,4 milhões de euros), tendo sido verificado um movimento de mais de 3,2 milhões de toneladas.

Assim, pela análise feita entre os anos 2005 a 2007, constata-se uma tendência crescente no Volume de Negócios.

Em jeito de conclusão, Aveiro é um porto que se encontra em fase de franco crescimento, tendo como ambição aumentar a capacidade de recepção de navios e melhorar a prestação de serviços aos seus clientes até 2015, o que lhe permitirá consolidar-se como um centro vital para diversas actividades industriais e comerciais e alargar e potenciar o seu hinterland.

3. Parâmetros para o Relatório

3.1. Perfil do Relatório

Conforme já foi referido, este é o primeiro Relatório de Sustentabilidade apresentado pela APA e terá uma periodicidade anual.

O presente relatório foi preparado com base nas linhas de orientação da *Global Reporting Initiative* em vigor, (GRI, versão 3.0). Dos indicadores de desempenho apresentados pelo GRI foram seleccionados e calculados os que consideramos relevantes para a compreensão da sustentabilidade da empresa. Estes indicadores foram calculados para o ano em análise, bem como, e sempre que possível, para os dois últimos anos anteriores, de modo a permitir a análise comparativa e evolutiva.

Apesar deste relatório não ter sido verificado por uma entidade externa, os dados económicos foram auditados no âmbito da auditoria ao Relatório e Contas 2007.

3.2. Âmbito do Relatório

As informações divulgadas neste relatório dizem respeito à actividade principal da APA, a actividade portuária.

Este documento estará disponível em www.portodeaveiro.pt, e todas as informações adicionais, comentários ou sugestões podem ser obtidos através do mesmo, na secção de apoio ao cliente.

4. Governança, compromissos e envolvimento

4.1. Governação

4.1.1. Estrutura de Governação

Enquanto sociedade anónima, a APA é gerida por um Conselho de Administração composto por um Presidente e dois Vogais, tendo, ainda, como órgãos sociais a Assembleia-Geral e o Fiscal Único, cujas competências se encontram definidas pormenorizadamente nos estatutos publicados no Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de Novembro.

A Assembleia-Geral é composta pelos accionistas com direito a voto. Reúne uma vez por ano para apreciação dos documentos de prestação de contas, relatórios e pareceres anexos, quando a sua convocação for requerida por accionista ou accionistas que possuam acções correspondentes a, pelo menos, 5% do capital social e sempre que o Conselho de Administração ou o Fiscal Único o julguem necessário.

A mesa da Assembleia-Geral da APA foi eleita, a 21 de Abril de 2005, por um período de 3 anos e tem a seguinte composição:

Presidente: Associação Industrial do Distrito de Aveiro (Representada por Eng. Valdemar da Silva Coutinho);

Secretário: Dr.ª Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira Sampaio.

O Conselho de Administração, foi eleito a 21 de Abril de 2005, por um período de 3 anos e tem a seguinte composição:

Presidente: Eng. José Luís de Azevedo Cacho;

Vogais: Eng. Rui António Monteiro Gomes de Paiva e Dr. Luís Manuel Dionísio Marques.

O presidente do Conselho de Administração é substituído pelo vogal por si designado para o efeito, podendo o mandato dos membros do Conselho de Administração ser renovado.

O Conselho de Administração da APA, reúne ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente quando for convocado pelo presidente, por iniciativa sua ou mediante solicitação de dois dos restantes membros.

O Conselho de Administração só pode deliberar quando estiver presente a maioria dos seus membros. As deliberações serão tomadas por maioria absoluta dos votos expressos, gozando o presidente, ou quem o substituir, de voto de qualidade, sendo estas registadas em acta, assinada pelos membros presentes na reunião.

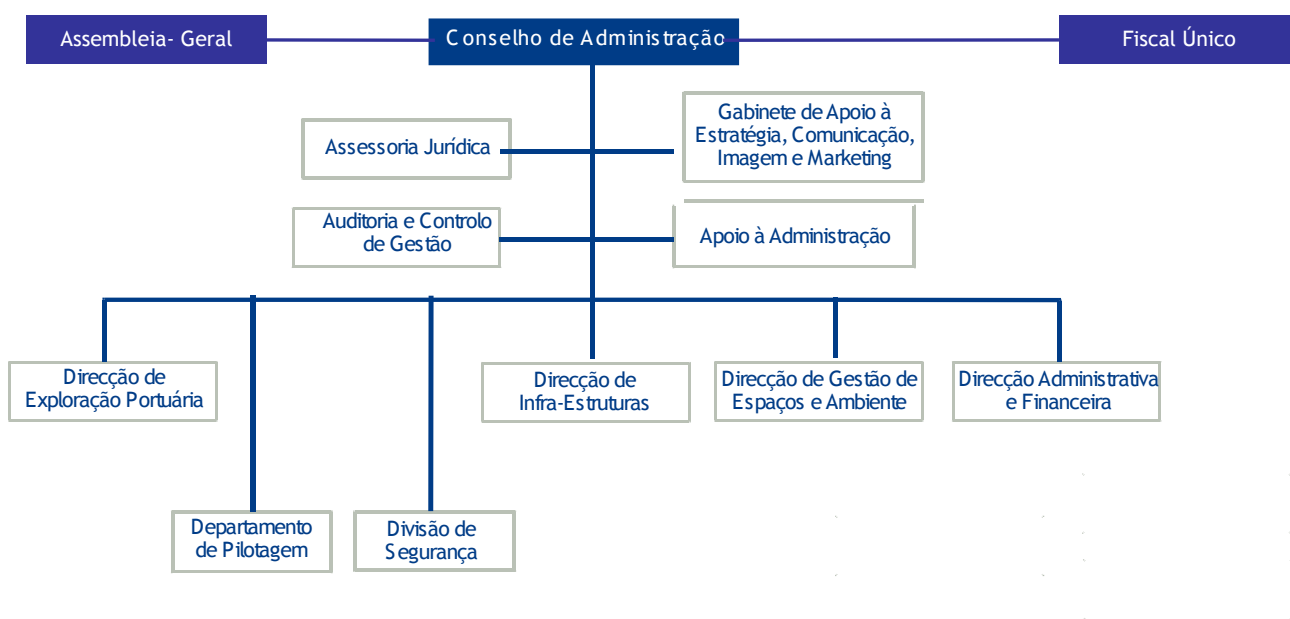
Tendo em consideração a necessidade de fiscalização, de acordo com o disposto nos seus estatutos a APA, dispõe de um Fiscal Único, sendo as respectivas funções desempenhadas pelas seguintes entidades:

Efectivo: PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda (Representada por Dr. José Pereira Alves);

Suplente: Dr. José Manuel Henriques Bernardo.

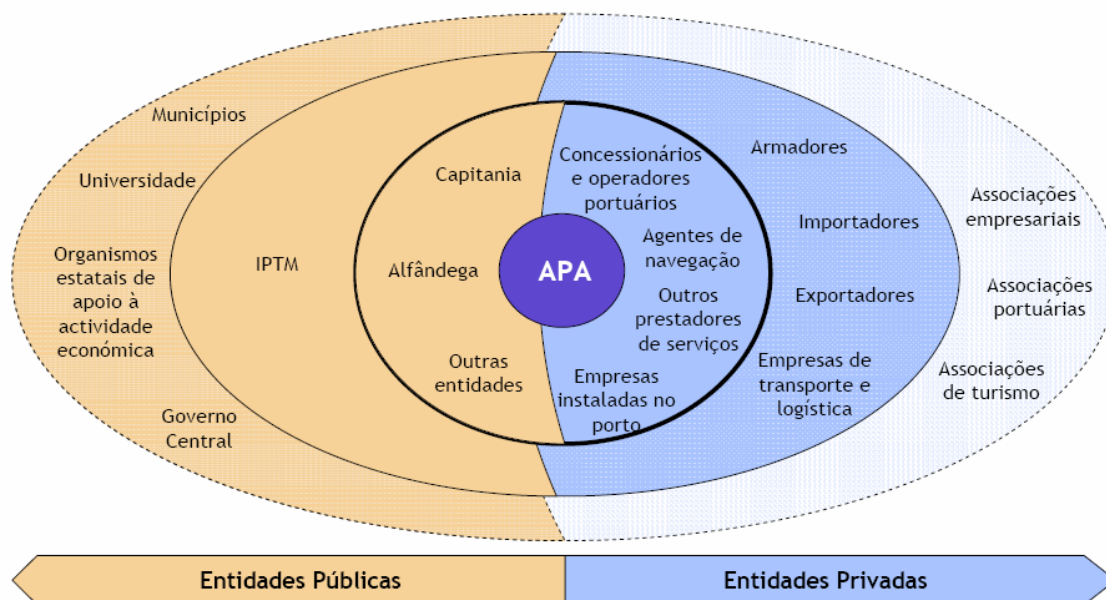
O actual Fiscal Único foi eleito em Assembleia-Geral, a 21 de Abril de 2005, por um período de 3 anos.

Organicamente a APA dispõe de 4 órgãos de assessoria e apoio à gestão, encontrando-se hierarquizada em 6 grandes áreas funcionais que agregam um conjunto de sectores e serviços destinados a dar cabal cumprimento às atribuições funcionais de cada área de actividade.



4.1.2. Envolvimento das partes interessadas

As actividades desenvolvidas no porto de Aveiro envolvem um conjunto muito alargado de entidades, públicas e privadas, que se podem representar graficamente como organizadas em círculos concêntricos com um núcleo central onde se encontra, naturalmente, a autoridade portuária.



4.1.2.1. Clientes

No ano de 2007, foi criada a figura do Provedor do Cliente do Transporte Marítimo do Porto de Aveiro, visando garantir os direitos de quem utiliza o transporte marítimo, em conformidades com uma das directrizes consignadas nas “Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo-Portuário”.

A defesa e promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos dos clientes do Porto de Aveiro o dever de informar e esclarecer os clientes do Porto de Aveiro do âmbito de actuação, responsabilidade e competências das diversas entidades que intervêm no transporte marítimo ou em actividades complementares a ele directamente interligadas, são algumas das funções a exercer pelo primeiro titular da provedoria portuária aveirense, que gozará de independência no exercício das suas funções.

Os clientes do Porto de Aveiro passam, assim, a poder apresentar ao Provedor, queixas, reclamações e solicitações referentes a acções e omissões das entidades intervenientes no transporte marítimo e actividades complementares.

De acordo com os estatutos do novo cargo, o Provedor dispõe da faculdade de iniciativa própria no exercício da sua actividade, não se subsumindo esta às queixas e reclamações que lhe forem apresentadas.

Refira-se ainda que a APA é detentora, desde 2005, de uma nova versão online do portal do porto de Aveiro - <http://www.portodeaveiro.pt> - com um novo grafismo, nova filosofia de navegação e também disponível em língua inglesa. A APAnet foi uma das novidades a assinalar no novo portal. Trata-se de uma área dedicada exclusivamente aos clientes/parceiros de negócio da APA que permite a consulta privada aos sistemas de informação interna, nomeadamente a consulta ao sistema financeiro (GIAF) onde podem ser visualizadas as contas-correntes de cada cliente, através da atribuição de *password*, como também o envio de sugestões, reclamações ou dúvidas para a APA através do espaço de “*Apoio ao Cliente*”.

4.1.2.2. Fornecedores

A APA privilegia o relacionamento com fornecedores e prestadores de serviços que respeitem a legislação em vigor e demonstrem cumprir práticas ambientalmente correctas. Esta empresa tem ainda como preocupação evitar negócios com fornecedores de reputação duvidosa.

Nas suas análises comparativas de fornecedores, o porto de Aveiro procura incentivar aqueles que demonstrem encontrar-se nos padrões de qualidade e eficiência exigidos de modo a posicionarem-se de forma competitiva, tendo sempre como pressuposto o respeito pelas imposições legais e sociais, o que por vezes leva ao afastamento de propostas com custos mais atractivos.

Ressalta-se que, em matéria de contratação pública, a APA enquadra-se nos denominados “*sectores especiais*”, regulados a nível nacional pelo Decreto-Lei (DL) n.º 223/2001, de 9 de Agosto, com a redacção dada pelo DL n.º 234/2004, de 15 de Dezembro, e a nível comunitário pela Directiva 2004/17/CE, de 31 de Março. Assim sendo, as contratações de bens e serviços e empreitadas, cujos valores se inscrevam nos limiares de aplicabilidade dos aludidos diplomas legais, são sujeitas aos procedimentos pré-contratuais neles consignados.

Abaixo dos referidos limiares legais, a APA rege-se por procedimentos pré-contratuais que assegurem a livre concorrência, a igualdade e a imparcialidade da contratação, visando sempre os elevados padrões de qualidade e baixos custos, de molde a alcançar o melhor retorno para a empresa na relação custo/benefício. No que concerne, particularmente, à contratação de empreitadas de obras públicas, abaixo dos aludidos limiares legais, a APA adopta os procedimentos previstos no DL n.º 59/99, de 2 de Março, aos quais se encontra vinculada *ex-vi* do disposto na alínea g) do n.º 1 do referido diploma.

4.1.2.3. Concessionários

Na prossecução de uma estratégia de sustentabilidade com objectivos claros e ambiciosos é necessário o envolvimento de todas as entidades e muito particularmente de todas as empresas situadas em área portuária, pois a sua acção é preponderante para o alcance das

metas propostas. Desta forma, na realização contratual, são incorporados critérios às empresas visadas de forma a incentivar a melhoria do seu desempenho ambiental e social.

4.1.2.4. Administração Central e Local

O Governo Central, os Municípios e os diversos organismos estatais de apoio à actividade económica, são, dadas as suas funções de suporte e de enquadramento da actividade dos portos, fundamentais para o desenvolvimento sustentável da área de jurisdição da APA.

São estas entidades que apoiam financeiramente o sector portuário, legislam e definem as políticas e estratégias para o sector, pelo que há diversas áreas nas quais o apoio das autoridades nacionais e locais é fundamental, com destaque para a melhoria dos acessos ao porto, ordenamento do território, criação de portos secos e melhoria do enquadramento organizacional e regulamentar.

4.1.2.5. Comunidades Locais

No que diz respeito ao envolvimento da comunidade nos projectos vitais para o porto, são realizadas consultas a entidades externas à APA, no sentido de colher o seu contributo, considerado essencial para o aprofundamento de conclusões desenvolvidas internamente.

Em paralelo, no que toca ao seu envolvimento com a Comunidade a APA contribui activamente para o desenvolvimento de iniciativas promovidas por diversas instituições de cariz social e religioso da região (grupos desportivos, bombeiros, paróquia, escolas).

4.1.2.6. Instituições Académicas

O desenvolvimento de inúmeras parcerias com estabelecimentos de ensino, traduzidas quer no acolhimento de estágios de nível universitário ou secundário, quer no apoio de projectos específicos, demonstra a aposta clara da APA no desenvolvimento com o ensino.

4.1.2.7. Outros elementos da Comunidade Portuária

As restantes entidades privadas e públicas com uma intervenção importante nas actividades do porto de Aveiro, podem ser classificadas em dois níveis:

- comunidade intraportuária; e
- comunidade extraportuária.

Da comunidade intraportuária fazem parte todas as entidades que trabalham directamente com o porto, como a Capitania do porto de Aveiro, a Alfândega de Aveiro, os operadores de estiva, as empresas instaladas no porto e outras.

A comunidade extraportuária é composta por armadores, importadores e exportadores, empresas de transporte de logística e associações empresariais, que têm interesses em

comum com o porto de Aveiro e que colaboram, participando em parcerias e cooperando na promoção do porto e da região.

4.1.2.8. Colaboradores

A APA, enquanto entidade sucessora da Junta Autónoma do Porto de Aveiro (JAPA)¹, manteve, em relação aos seus beneficiários, as obras de carácter social e cultural já instituídas, nomeadamente a ex - Obra Social do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, abreviadamente designada por OSMOP, agora designada por Serviços Sociais da Administração Pública (SSAP).

A maioria dos funcionários desta Administração Portuária, tanto no activo como aposentados, que mantiveram o vínculo à função pública após a transição operada pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de Novembro, bem como os seus familiares, usufruem da vasta gama de serviços que a OSMOP proporciona.

Aos trabalhadores contratados após a transição operada pelo supra citado diploma legal, é aplicável o regime do contrato individual de trabalho, do qual advém a obrigatoriedade de proceder à sua inscrição na Segurança Social. No sentido de proporcionar activamente uma melhoria da qualidade de vida dos seus trabalhadores, a APA contratou um seguro de saúde que comparticipa a maioria das despesas médicas apresentadas, incidindo sobre o remanescente não comparticipado nem pela APA, nem pela Administração Regional de Saúde.

A APA aposta claramente na valorização profissional e humana dos seus colaboradores, não só através de um forte investimento em matéria de formação profissional, como igualmente através da concessão de regalias que vão além das obrigações legais inerentes ao estatuto de trabalhador-estudante.

No que diz respeito à intervenção e envolvimento dos seus colaboradores em processos de tomada de decisão vitais para a empresa, a APA promove activamente a sua participação no processo de definição da estratégia a implementar para o porto, bem como na definição e desenvolvimento de políticas e projectos específicos, mediante a constituição de grupos de trabalho.

Evidência deste envolvimento, constitui o novo sistema de avaliação do desempenho que se pretende que seja um verdadeiro instrumento de apoio à gestão e um factor de mobilização em torno da missão da Empresa, encarado como um estímulo ao desenvolvimento dos colaboradores e à melhoria da qualidade dos serviços.

¹ DL n.º 339/98, de 3 de Novembro

O objectivo primordial deste novo sistema é, assim, o de dirigir esforços para objectivos capazes de servir o negócio da Empresa e os interesses individuais dos colaboradores, na melhor forma possível de integrar os objectivos organizacionais e objectivos individuais, envolvendo todos os colaboradores em busca da qualidade em todos os níveis, em todas as áreas e em todos os momentos.

Um importante organismo fomentado e subsidiado pela APA é a Casa de Pessoal do Porto de Aveiro (Centro de Cultura e Desporto), fundada em 1989, detentora de diversas secções, de entre as quais se destaca a Secção do Grupo Coral e a Secção de Pesca Desportiva. Este organismo promove diversas iniciativas que, para além de fomentarem o convívio entre trabalhadores associados e respectivas famílias, contribui para um melhor ambiente de trabalho, do qual resulta, comprovadamente, ao nível de empresa, uma maior produtividade, e a nível do trabalhador, um maior equilíbrio entre vida profissional, familiar e tempos livres.

Com o objectivo de promover a imagem, a história, a divulgação periódica dos objectivos e principais acções, deste porto aos seus colaboradores, a APA implementou em 2005 uma Newsletter electrónica e um documento interno divulgado semanalmente, designado InfoAPA, contendo as principais deliberações do Conselho de Administração.

5. Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho

Pretende-se com este capítulo efectuar uma abordagem de gestão nas diferentes vertentes que a integram: Económica, Ambiental e Social.

Para estas, foram calculados os indicadores de desempenho, conforme listados no capítulo 6 - Índices do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade tendo-se, como referido anteriormente, optado por recorrer aos Indicadores GRI, referencial multi-empresa e multi-sector.

Dado tratar-se do primeiro relatório, optamos pela inclusão de um número mais reduzido de indicadores, classificados de essenciais, apresentando, sempre que possível valores para os anos de 2005 a 2007.

Incluímos ainda neste capítulo a Segurança, dado que esta constitui uma importante componente da Gestão, referindo as principais acções desenvolvidas.

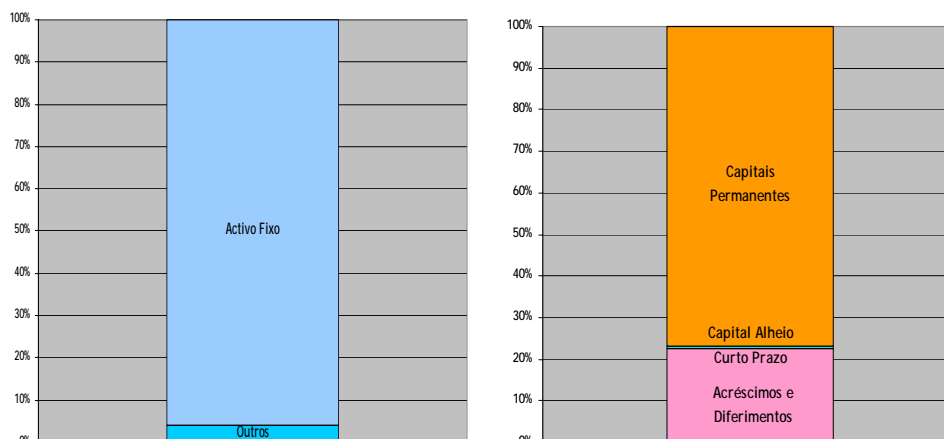
É pois objectivo deste capítulo fornecer às partes interessadas uma imagem fiel da Gestão que tem vindo a ser praticada por esta empresa, ao longo destes três últimos anos, incluindo a informação julgada relevante para as partes interessadas.

5.1. Indicadores de Desempenho Económicos

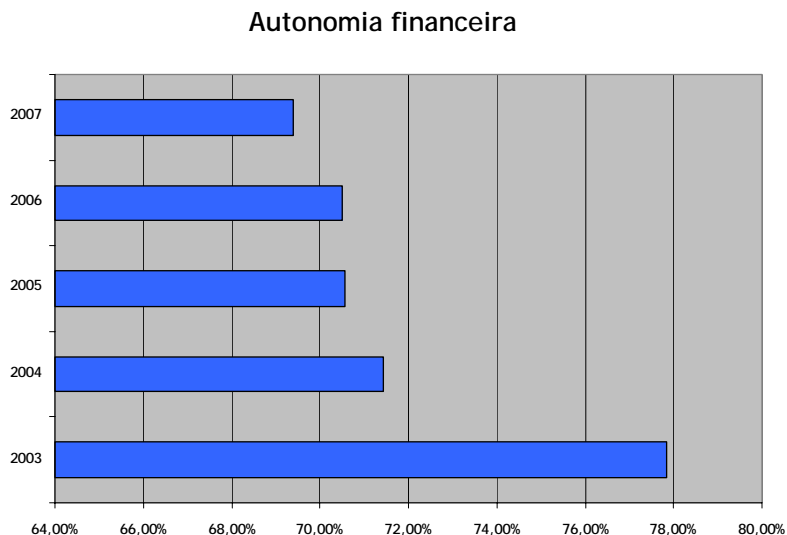
5.1.1. Desempenho Económico - Financeiro

A situação financeira da APA caracteriza-se historicamente por um nível elevado de autonomia financeira e um bom equilíbrio do balanço, sendo a cobertura do imobilizado líquido integralmente assegurado por fundos de longo prazo - capitais próprios, subsídios e empréstimos de longo prazo.

Representação do Balanço 2007



Contudo, e não obstante a situação financeira da APA se manter actualmente equilibrada, a implementação do plano de investimentos levou, nos últimos 5 anos, a um aumento sustentado do activo líquido que não foi acompanhado pela injeção de capitais próprios, resultando numa redução progressiva do nível de autonomia financeira.



No que respeita à situação económica, a APA apresentou em 2007 uma melhoria do Resultado Líquido. Esta evolução decorre essencialmente da variação positiva no Resultado Operacional, como se constata no quadro abaixo.

Valores em €			
	2005	2006	2007
Resultado Operacional	-1.427.909	-2.158.377	-1.413.763
Resultado Financeiro	-416.250	-496.771	-402.076
Resultado Extraordinário	1.960.049	2.726.834	2.061.908
Resultado Antes de Imposto	115.890	71.685	246.069
Imposto	-1.284.810	874.233	141.915
Resultado Líquido do Exercício	1.400.700	-802.547	104.155

A evolução do Resultado Operacional, com um aumento de 745 mil euros, relativamente ao ano anterior, é o reflexo do crescimento dos Proveitos Operacionais em 20,97%, que é mais significativo que o aumento dos Custos Operacionais, que foi de 11,30%.

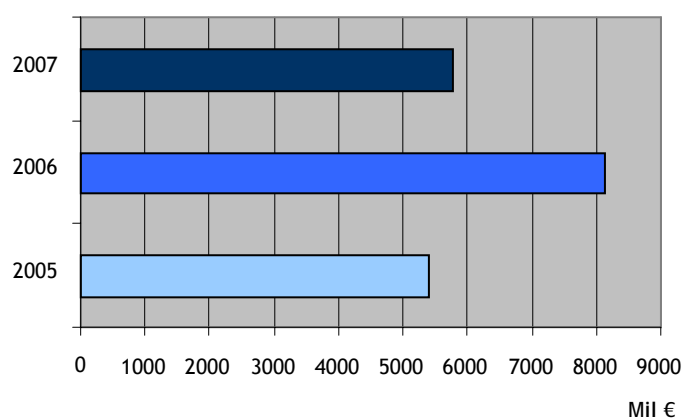
Valores em €

	2005	2006	2007
VAB	8.713.470	8.782.115	10.819.968
Impostos	144.411	155.312	171.452
Custos com o Pessoal	5.226.229	5.160.017	5.234.090
Encargos Financeiros	472.135	651.774	613.383
Amortizações	4.262.596	4.257.647	4.781.758
Provisões e Ajustamentos	36.008	715.742	1.384.958
Resultado Operacional	-1.427.909	-2.158.377	-1.365.673

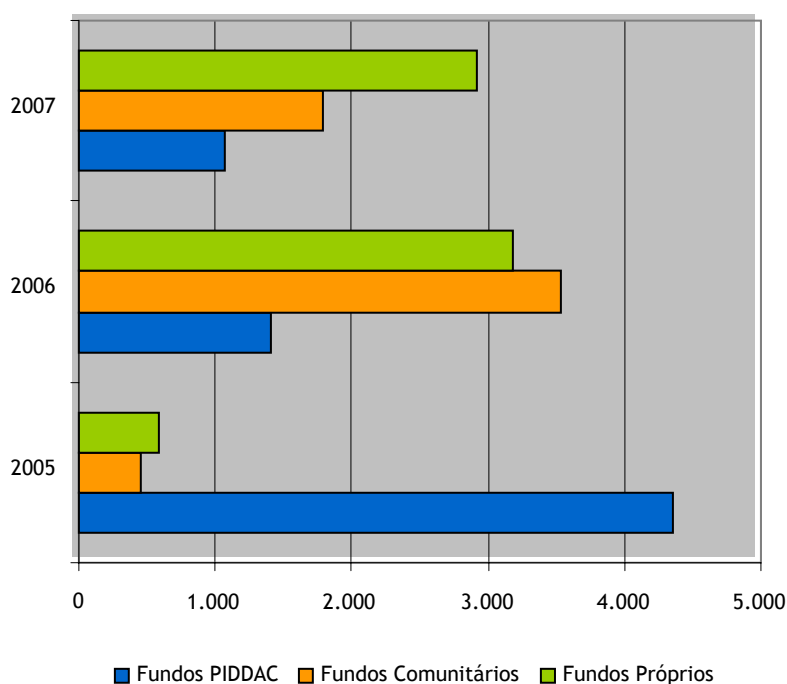
O aumento do Valor Acrescentado Bruto no ano de 2007 decorre da melhoria do Resultado operacional (+793 mil €) e do aumento verificado nas Provisões e Ajustamentos (+621 mil €), conforme apresentado no quadro acima.

5.1.2. Análise ao Investimento

O montante de investimento executado em 2007 ascendeu a 5,8 milhões de euros.



No quadro abaixo, é apresentado o custo de investimento realizado nos últimos três anos, por fontes de financiamento.



Dos principais projectos de investimento estruturais executados em 2007 e, grosso modo, previstos no Plano Estratégico do porto de Aveiro para o período 2006-2015, destacam-se os seguintes:

- Início do processo de expropriações no âmbito da 3ª fase da Via de Cintura Portuária;
- Conclusão da empreitada de construção do parque logístico em área adjacente ao Terminal de Granéis Líquidos;
- Elaboração do estudo de reconfiguração e de navegabilidade da barra do porto;
- PIP'e (Procedimentos e Informação Portuária Electrónica).

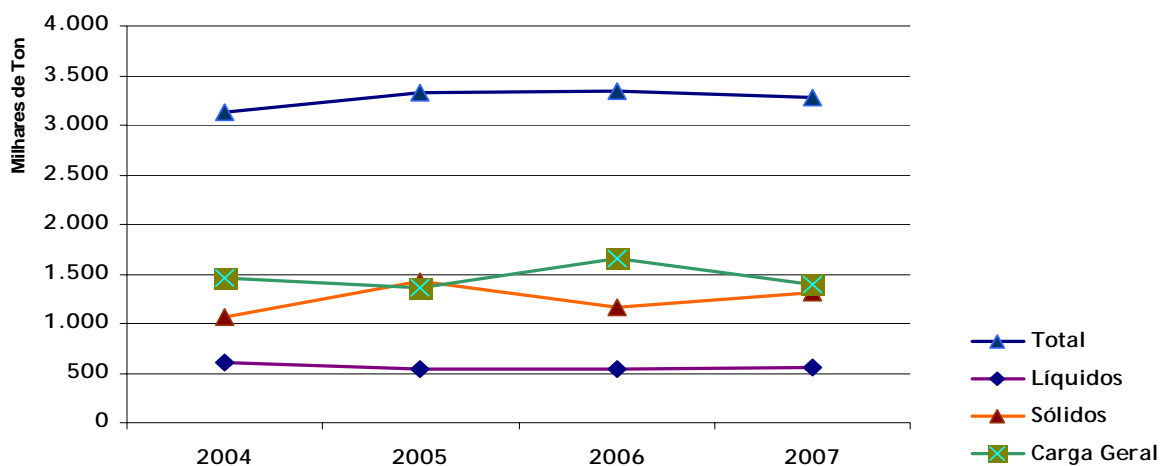
No que respeita aos principais investimentos funcionais, com um custo total de 911 mil euros, destaca-se a execução dos seguintes:

- Reconversão eléctrica do guindaste n.º 1 do Terminal Norte: com um custo de 219 mil euros;
- Aquisição de varredora eléctrica: com um custo de 117 mil euros;
- Aquisição de básculas rodoviárias para o Terminal de Granéis Sólidos: com um custo de 86 mil euros;
- Continuação do processo de prestação de serviços de consultoria para a definição do modelo de exploração dos terminais do sector norte: executados 47 mil euros;
- Elaboração do estudo de viabilidade do porto de Figueira da Foz: executados 64 mil euros;
- Aquisição de software e hardware: executados 50 mil euros.

5.1.3. Análise de tráfego e mercado

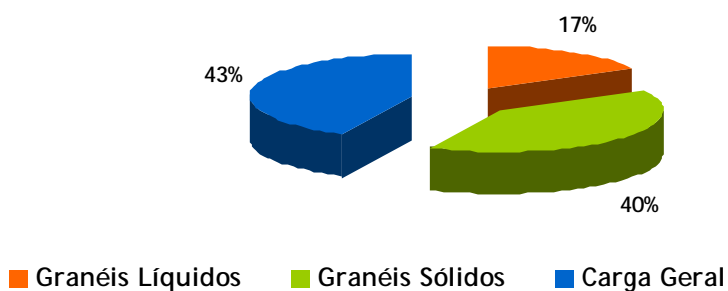
Em 2007, estabilizou a tendência de crescimento sustentado do movimento de mercadorias no porto de Aveiro. Efectivamente, em 2007 não foram atingidos os 3,3 milhões de toneladas alcançados em 2006, o que representou um ligeiro decréscimo de 2,32%, comparativamente com o ano anterior.

Movimento no Porto de Aveiro



A distribuição da carga movimentada no porto, em 2007, foi de 42,8% para a Carga Geral, com um considerável decréscimo de 15,44% relativamente ao ano anterior, 39,96% para os Granéis Sólidos e 17,24% para os Granéis Líquidos.

Movimento de Mercadorias por tipo de carga em 2007



5.2. Indicadores de Desempenho Ambiental

5.2.1. Gestão Ambiental

Em paralelo com a sua determinação em assumir um papel relevante para o progresso da região em que se insere e da vasta comunidade que serve, esta Administração está também

empenhada em constituir-se como indutora de práticas que respeitem o princípio do desenvolvimento sustentável e da preservação do meio ambiente.

Assim, a APA implementou e mantém em funcionamento um Sistema de Gestão Ambiental, segundo a Norma *NP EN ISO 14001:2004*, integrado no sistema de gestão global da empresa.

Do seu funcionamento, constata-se que este tem permitido melhorar não só o desempenho ambiental, bem como tem ainda induzido a sistematização de outros processos da organização, tais como, formação, estrutura e responsabilidades, identificação de requisitos legais e comunicação.

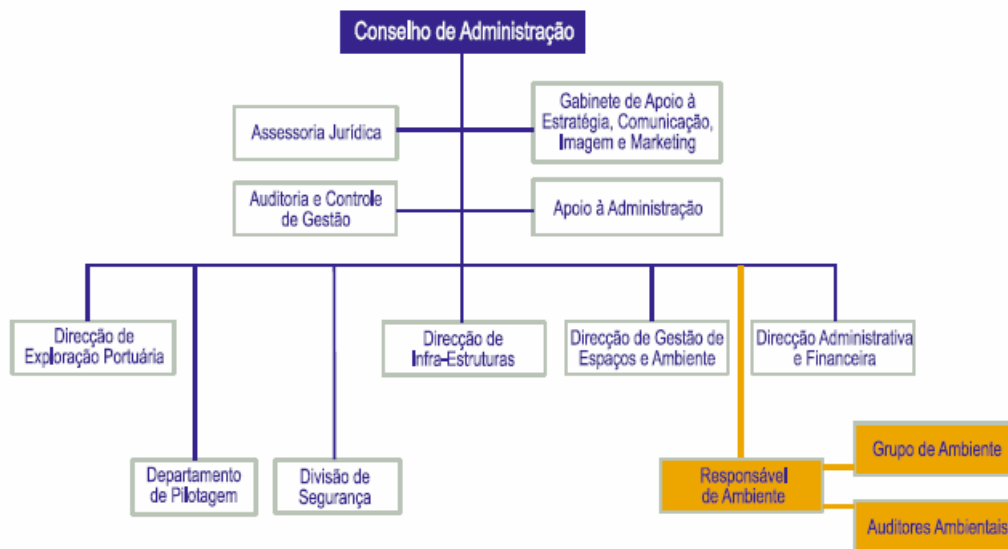
De acordo com a Política Ambiental, aprovada em Dezembro de 2006, e na qual se renova o compromisso da melhoria contínua, os princípios em que assenta a actuação da APA são, entre outros:

- Gestão racional e eficiente de recursos (água e energia);
- Prevenção da poluição e minimização dos impactes ambientais significativos;
- Cumprimento dos requisitos legais;
- Incentivo da Comunidade Portuária à melhoria constante do seu desempenho ambiental;
- Cooperação e comunicação com entidades externas.

Durante o ano de 2007, esta Administração continuou a investir na melhoria do desempenho ambiental e consolidação do Sistema de Gestão Ambiental, com destaque para a elaboração e aprovação de novo Manual de Gestão Ambiental, consentâneo com a versão vigente da norma de referência.

Os documentos referidos, designadamente, a Política Ambiental e o Manual de Gestão Ambiental, encontram-se disponíveis ao público no portal da APA, em www.portodeaveiro.pt.

Decorrente da implementação do Sistema de Gestão Ambiental realça-se a designação de um membro do Conselho de Administração directamente incumbido e responsável pelo acompanhamento do SGA, bem como o enquadramento orgânico de um Responsável do Ambiente, de um Grupo de Ambiente e de uma bolsa de Auditores Ambientais, que asseguram o normal funcionamento do SGA.



Os trabalhadores da APA são alvo de formação ambiental específica, em função das necessidades identificadas, de modo a garantir uma maior sensibilização e o correcto desempenho ambiental nas tarefas que executam. Estas formações são por vezes extensíveis a alguns grupos ou elementos da Comunidade Portuária, sempre que tal se considera oportuno e fundamental para o funcionamento regular do Porto de Aveiro. Estas acções estão incluídas no Plano de Formação da empresa.

Do trabalho efectuado, destacam-se ainda as auditorias realizadas ao Sistema de Gestão Ambiental, com inclusão das instalações da Comunidade Portuária tendo em vista a sua permanente sensibilização, bem como a prestação/divulgação de informações julgadas pertinentes para as empresas (tais como: acções desenvolvidas pela APA, novas obrigações legais).

As não conformidades detectadas, são registadas e tratadas no âmbito do SGA, dando-se seguimento às correcções, acções correctivas ou preventivas julgadas necessárias para a resolução eficaz do(s) problema(s) identificado(s). São também registadas e tratadas de igual modo, as oportunidades de melhoria constatadas quer pelos trabalhadores da APA e pelos auditores ambientais, quer por entidades externas.

Para atingir os objectivos e metas definidos em função dos princípios estabelecidos na Política Ambiental, esta Administração elabora, aprova e executa anualmente um Programa de Gestão Ambiental, o qual inclui as acções que se propõe desenvolver no ano, respectivo planeamento e custos afectos.

5.2.2. Desempenho Ambiental

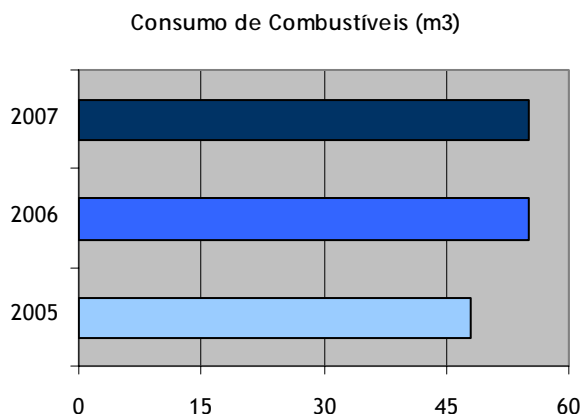
5.2.2.1. Energia

O desempenho energético assume cada vez mais uma maior relevância no contexto da sustentabilidade económica e ambiental de uma empresa.

Assim, a medição dos consumos de energia é relevante para avaliar a contribuição da empresa para a emissão de gases que contribuem para o efeito de estufa, permitindo reflectir sobre estratégias futuras de racionalização dos consumos, bem como substituição de fontes de energia fósseis por energias renováveis.

A APA utiliza combustíveis, principalmente gasóleo, para abastecimento da sua frota de veículos e alguns equipamentos portuários. Há ainda consumo de gasolina, em quantidade não significativa.

	m ³		
	2005	2006	2007
Consumo de Combustíveis	48	55	55

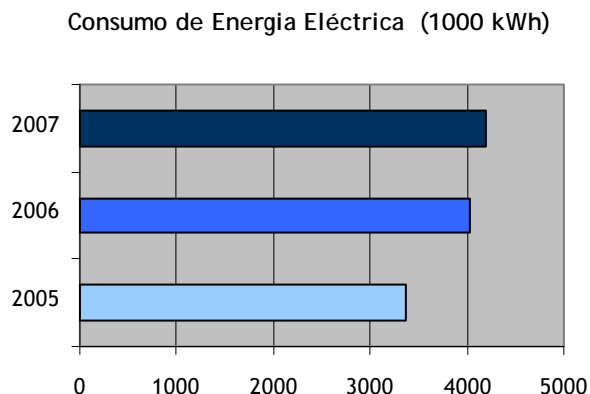


A energia eléctrica em oposição aos combustíveis, tem um importante peso nos consumos energéticos da empresa, sendo utilizada em equipamentos portuários, iluminação de terraplenos, iluminação das rodovias, funcionamento de instalações administrativas e operacionais, e ainda fornecimento a terceiros, em baixa tensão.

A APA tem desenvolvido nos últimos anos acções de redução dos consumos de energia eléctrica, designadamente, na iluminação pública, com reduções anuais da ordem dos 50.000 kWh, bem como investiu em 2006-2007 na aquisição de alguns equipamentos de sinalização a energia solar, que representam uma poupança anual estimada em cerca de 4.000 kWh.

A APA promoveu ainda a melhoria das condições de conservação de energia no edifício sede, por alterações no isolamento, bem como procedeu à sensibilização dos trabalhadores para a redução do seu consumo energético.

	10 ³ kWh		
	2005	2006	2007
Consumo de Energia Eléctrica	3.370	4.019	4.204



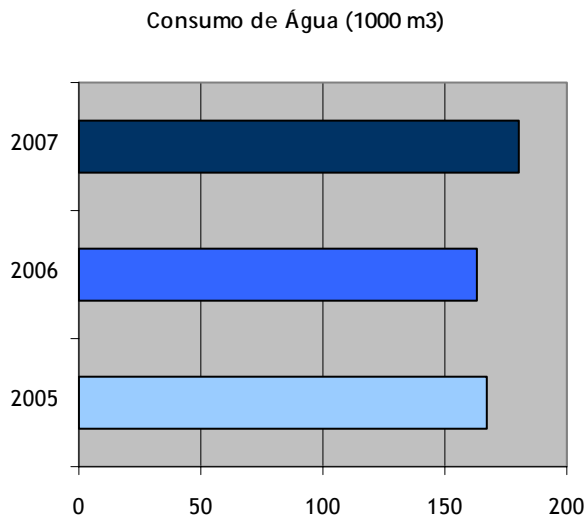
5.2.2.2. Consumo de Água

A APA fornece água para consumo humano ao Porto de Aveiro a partir de três sistemas de abastecimento distintos. Estes sistemas estão suportados em quatro furos de captação subterrânea de água com origem no aquífero Cretácico. Este aquífero é considerado uma reserva estratégica de água, a qual suporta parcialmente o abastecimento público e industrial desta região. Em paralelo, a APA dispõe de ligação às redes dos sistemas de abastecimento público dos municípios em que o porto se localiza, as quais utiliza em situação de necessidade.

Em 2007, a APA investiu na promoção de fontes alternativas de água na rede do Terminal de Granéis Líquidos, pela execução de mais um furo de captação de água e dois novos reservatórios. Aumentou assim a sua capacidade de captação e armazenagem de água para consumo humano e reserva de combate a incêndios, de modo a garantir o fornecimento permanente e suficiente de água a este terminal portuário em franca expansão.

Os consumos de água desta Administração, associados à manutenção e limpeza das áreas portuárias, aos serviços administrativos e ainda à rega de jardins, representam cerca de 53% do volume captado, sendo o restante fornecido a instalações fixas de terceiros e a navios.

	10 ³ m ³		
	2005	2006	2007
Consumo de Água	167	163	181



5.2.2.3. Biodiversidade

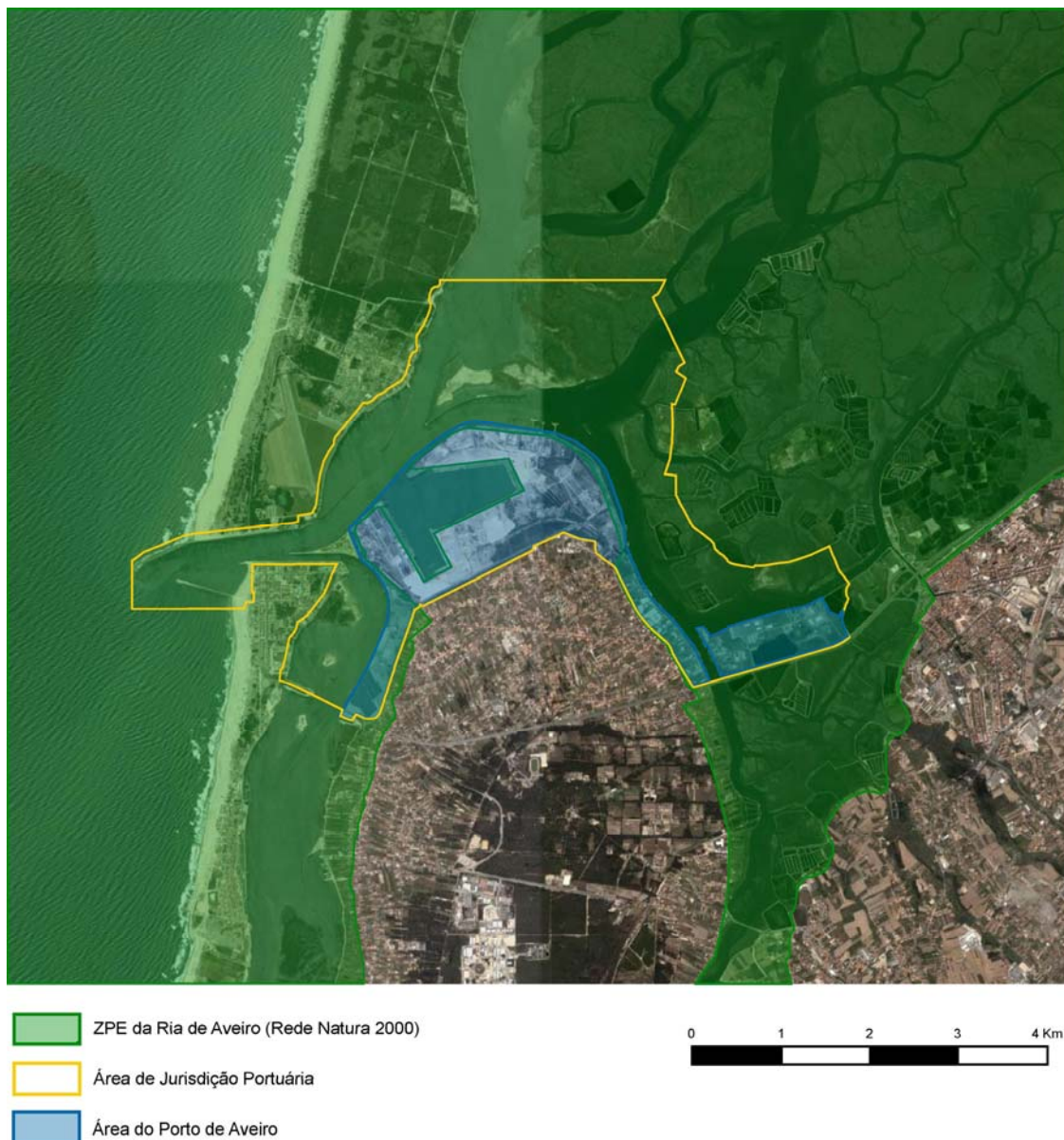
O Porto de Aveiro localiza-se no interior de uma unidade territorial singular, designada por Ria de Aveiro. Trata-se de uma zona húmida costeira, com uma área superior a 90 km², em preia-mar, onde se cruzam áreas naturais, que incluem zonas de sapal e águas livres, com áreas urbanas e industriais. A pressão exercida por estas últimas nem sempre é assimilada facilmente pelo ecossistema.

A Ria de Aveiro encontra-se incluída na Reserva Ecológica Nacional, tendo-lhe sido conferida, em 1999, o estatuto de Zona de Protecção Especial (ZPE), ao abrigo da Directiva das Aves (Directiva 79/409/CEE), visando a protecção e conservação da avifauna da Ria de Aveiro.

A área de jurisdição da APA, com cerca de 1700 hectares, abrange 778 hectares de área molhada e 922 hectares de área terrestre, dos quais 554 hectares constituem a área portuária propriamente dita.

Algumas das áreas acima referidas encontram-se incluídas na ZPE da Ria de Aveiro, nomeadamente, os canais e bacias portuárias e os terminais de pesca.

As restantes zonas do porto, se bem que no exterior da ZPE, não deixam de estar em área adjacente, pelo que a sensibilidade do meio envolvente é uma das condicionantes permanentemente considerada nas acções de desenvolvimento e expansão do porto, bem como na regular operação portuária.



São exemplo das preocupações acima descritas, os Estudos de Impacte Ambiental realizados para a execução de novas infra-estruturas portuárias; a monitorização da qualidade da água e a caracterização dos sedimentos nas áreas a dragar nos canais e bacias portuárias; as condicionantes de protecção das áreas mais sensíveis impostas no Plano de Emergência Interno, em caso de derrame de hidrocarbonetos ou produtos químicos para o meio receptor.

Volume e Qualidade dos sedimentos dragados

Para além das dragagens de manutenção a que o Porto de Aveiro está obrigado de modo a garantir a permanente operacionalidade do mesmo, e de que resultaram 1.316 mil metros cúbicos dragados entre 2005 e 2007, houve nos dois últimos anos um esforço adicional de dragagem, com a definição da nova bacia portuária que serve actualmente o Terminal de Granéis Sólidos e a expansão do Terminal de Granéis Líquidos.

Destas dragagens, resultaram cerca de 4.700 mil metros cúbicos de sedimentos depositados em terraplenos portuários e ainda 1.100 mil metros cúbicos depositados no mar, a 6 milhas da costa.

Os dragados provenientes dos canais e das bacias portuárias são lodos arenosos e areias lodosas, não sendo expectáveis problemas de contaminação assinaláveis. Na tabela apresentam-se elementos de algumas das análises realizadas e que permitem a classificação de sedimentos.

	N.º de amostras	Análises efectuadas	Classificação
Classificação dos Sedimentos			
Canal Principal de Navegação (a jusante do Terminal de Granéis Líquidos; a jusante do Terminal Sul) e da Bacia de Manobras do Terminal Sul - Abril 2007	15	Segundo Despacho Conjunto MARN/MAR*	Material limpo ou com contaminação vestigiária
Dragagem da bacia de manobras do Terminal de Granéis Sólidos - Maio 2005	26 + 1 core até -12m (Z.H.) com 5 amostras	Segundo Despacho Conjunto MARN/MAR*	Material limpo a ligeiramente contaminado

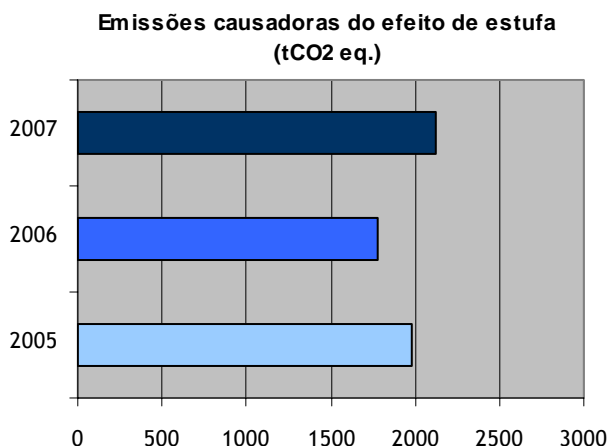
Despacho Conjunto dos Ministérios do Ambiente e Recursos Naturais e do Mar, DR n.º 141, II Série, de 21/05/1995.

5.2.2.4. Emissões atmosféricas

A utilização de combustíveis fósseis é uma das principais causas de emissão para a atmosfera de gases que contribuem para o efeito de estufa e, portanto, para as alterações climáticas. Nos termos do Protocolo de Quioto, Portugal tem vindo a desenvolver acções no sentido de promover as energias renováveis, aumentar a eficiência energética e, consequentemente, conter ou reduzir as emissões de CO₂.

Com base no consumo de energia, atrás referido, foi calculada a contribuição da APA para as emissões nacionais.

	tCO ₂ eq.		
	2005	2006	2007
Total de emissões causadoras do efeito de estufa	1.983	1.783	2.124



A APA tem também investido em medidas de minimização das emissões de partículas resultantes da movimentação e armazenagem de granéis sólidos e inertes no Porto de Aveiro, dado que estas têm perturbado a qualidade de vida de alguns dos moradores da povoação adjacente, Gafanha da Nazaré.

No ano de 2007, destacam-se a aquisição da varredora industrial, já anteriormente referida, com controlo de emissão de poeiras, altamente especializada, e ainda um conjunto vasto de acções para reduzir o transporte eólico dos inertes em depósito, de que são exemplo, a execução de barreiras de protecção e respectivo revestimento com tela e a pavimentação de caminho de acesso rodoviário. Está ainda em curso, um trabalho de caracterização da qualidade do ar (partículas) na povoação adjacente ao Porto de Aveiro.

5.2.2.5. Águas Residuais

A APA dispõe de duas Estações de Tratamento de Águas Residuais, com tratamento secundário, por lamas activadas de baixa carga com arejamento prolongado, bem como múltiplas mini-ETAR e fossas sépticas, de modo a garantir o tratamento das águas residuais urbanas na sua área de exploração. As ETAR descarregam na Ria de Aveiro, enquanto que as restantes instalações de tratamento possuem descargas tanto para o meio hídrico como para o solo. Esta Administração tem também a funcionar separadores de hidrocarbonetos, em áreas sujeitas a derrames de hidrocarbonetos, designadamente, oficinas e garagens.

Durante 2007, foram efectuadas beneficiações das Estações de Tratamento de Águas Residuais, com melhoria da qualidade do efluente rejeitado e das condições de segurança e de acesso a estes equipamentos.

O tratamento das águas residuais geradas no interior de instalações industriais, áreas de armazenagem, entre outras é garantido por cada um dos ocupantes/proprietários das instalações, nos termos da legislação em vigor.

5.2.2.6. Resíduos

A APA produz diferentes tipos de resíduos no desenvolvimento das suas actividades, sendo ainda detentora de uma quantidade significativa de resíduos provenientes dos navios, da movimentação de mercadorias e da administração de espaços, incluindo escritórios e área urbana, acessível ao público em geral.

Pela sua importância, a gestão de resíduos tem merecido ao longo dos últimos seis anos uma especial atenção por parte da empresa, com especial destaque para a recepção e recolha de resíduos de navios, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24 de Julho, o qual visa a salvaguarda do ambiente marinho e a redução das descargas indevidas no mar de resíduos perigosos ou persistentes.

Dispõe assim a APA de Plano de Recepção e Gestão de Resíduos aprovado e implementado em 2005. O sistema de gestão de resíduos de navios, continua no entanto a ser melhorado, de modo a garantir o cumprimento cabal da legislação aplicável. Em 2007, foram já apresentadas pelos Comandantes dos Navios, ou seus representantes, 99,8% das notificações obrigatórias de resíduos, tendo-se ainda verificado o aumento do número de navios que entregaram resíduos no Porto de Aveiro, bem como da quantidade de resíduos entregue.

	Unidade	2006	2007
Recepção de Resíduos de Navios			
Navios entrados	n.º	1064	977
Notificações obrigatórias recebidas dos navios	n.º	1053	975
Percentagem de navios que entregaram notificações	%	98,97	99,80
Navios que entregaram resíduos	n.º	735	801
Navios isentos de entrega de resíduos	n.º	0	0
Resíduos			
Resíduos notificados para entrega	m ³	516	835
Resíduos efectivamente entregues	m ³	539	871
Resíduos retidos a bordo para entrega noutro porto	m ³	4350	3501

Merece ainda particular destaque o esforço desta Administração para a correcta separação e encaminhamento dos resíduos, designadamente:

- o incremento da recolha selectiva de resíduos, incluindo a sensibilização dos trabalhadores e da Comunidade Portuária em geral e os investimentos em equipamentos e na criação de áreas específicas para recolha das fracções recicláveis, designadamente, sucatas, madeiras, plásticos (da operação portuária, redes de pesca, embalagens), papel e cartão,

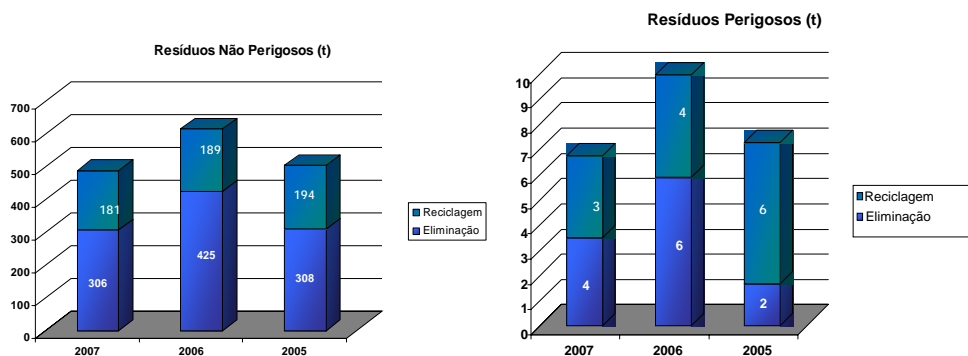
vidro, pilhas, baterias ácidas de chumbo, óleo alimentar usado, óleos lubrificantes usados, com garantia do seu encaminhamento para reciclagem/valorização;

- o aumento da separação das fracções não recicláveis, em particular dos resíduos perigosos, tais como óleos usados, desperdícios e outros resíduos contaminados com hidrocarbonetos, filtros de óleo, solventes, lâmpadas, resíduos de equipamento eléctrico e electrónico, consumíveis informáticos, entre outros.

A APA necessita ainda de optimizar a sua gestão de obsoletos, materiais e equipamentos, situação que pretende ver significativamente melhorada em 2008.

Salienta-se que o encaminhamento de resíduos é efectuado de acordo com a legislação em vigor, incluindo o respectivo transporte e encaminhamento para Operador de Resíduos devidamente autorizado, dando preferência sempre que viável, às opções de reciclagem/valorização dos resíduos. As fracções recicláveis dispostas em ecoponto urbano, tais como, embalagens de plástico e de metal, papel e cartão, vidro, são recolhidas pela empresa intermunicipal (ERSUC) que garante a recolha destes resíduos nos municípios da região Centro, pelo que este tipo de resíduos não se encontra quantificado.

		toneladas		
		2005	2006	2007
Tipo de Resíduos	Destino			
Resíduos não perigosos (resíduos sólidos urbanos e similares, incluindo resíduos industriais banais)	Eliminação - Aterro sanitário ou aterro para RIB	308	425	306
Resíduos Não Perigosos (resíduos de madeira, sucata, plásticos da operação portuária, redes de pesca, tinteiros e toners, óleos e gorduras alimentares, papel, etc.)	Reciclagem	194	289	181
Resíduos Perigosos (lâmpadas, resíduos sólidos contendo hidrocarbonetos - materiais filtrantes, desperdícios, etc., filtros de óleo, óleos de porão)	Eliminação	2	6	4
Resíduos Perigosos (equipamentos eléctrico e electrónico, pilhas e acumuladores, pilhas de chumbo/baterias, óleos lubrificantes usados, solventes)	Reciclagem	6	4	3



5.2.2.7. Risco de derrame

Pela sensibilidade da zona envolvente conforme referido no item 2.3, a APA cuida com especial cuidado das questões associadas aos riscos de derrames de hidrocarbonetos ou produtos químicos, situações contempladas no Plano de Emergência Interno do Porto de Aveiro.

Assim, a APA dispõe de sistemas de contenção e recolha de derrames, bem como exerce uma vigilância contínua sobre os navios que demandam o Porto de modo a garantir a operação em condições adequadas, em particular, dos navios contendo produtos químicos perigosos.

De igual modo, mantém através de sondagens regulares dos fundos, o conhecimento sobre a movimentação de fundos, e assegura através das dragagens regulares de manutenção dos canais e bacias portuárias, as necessárias condições de segurança e operacionalidade do porto.

Durante o ano de 2007, bem como durante os anos de 2005 e 2006 que lhe servem de comparação, não houve derrames com impacte significativo no meio receptor. As ocorrências registadas reportam-se a pequenos fenómenos de poluição localizada, os quais foram combatidos com prontidão pelo Núcleo de Combate a Derrames (NCD), desta Administração, nomeadamente, quatro incidentes de poluição por hidrocarbonetos ou risco de derrames, em 2005 e dois derrames de hidrocarbonetos, em 2007, todos de dimensão não significativa.

5.2.2.8. Conformidade

Através do funcionamento do Sistema de Gestão Ambiental, a APA identifica atempadamente os requisitos legais aplicáveis pretendendo dar cumprimento atempado às diferentes exigências ambientais, pesem embora as alterações significativas que se têm feito sentir no domínio da legislação ambiental.

Esta Administração não sofreu qualquer coima ou sanção acessória relativa a incumprimentos da legislação ambiental aplicável.

5.2.2.9. Custos e Investimentos com a Protecção Ambiental

A APA, através do seu Programa de Gestão Ambiental, afecta anualmente uma verba para investimentos que permitam atingir os objectivos e metas definidos, tendo em vista a melhoria do desempenho ambiental da organização.

Acrescem aos custos acima referidos, as despesas correntes com o ambiente, nos diferentes domínios: água, águas residuais, resíduos, qualidade do meio envolvente, entre outros.

Em 2007, esta Administração investiu cerca de 285 mil € em medidas de desempenho ambiental e custeou cerca de 100 mil € em despesas correntes nesta área.

5.3. Indicadores de Desempenho Social

5.3.1. Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno

5.3.1.1. Emprego

5.3.1.1.1. Evolução do Efectivo

No ano de 2007 o quadro de pessoal da APA, não sofreu alterações face a 2006, mantendo-se o número de trabalhadores.

	N.º de trabalhadores		
	2005	2006	2007
N.º de Trabalhadores	124	122	122

No ano de 2006, o desenvolvimento do efectivo correspondeu à saída de 2 trabalhadores (uma trabalhadora, com mais de 50 anos, por aposentação e um trabalhador, com idade compreendida entre os 30 e os 50 anos, que se encontrava em regime de requisição).

Refira-se que a maioria do efectivo do pessoal (98,36%) encontra-se vinculado ao quadro desta administração.

5.3.1.2. Relação entre funcionários e administração

5.3.1.2.1. Regime laboral

Os colaboradores das Administrações Portuárias detêm um Estatuto de Pessoal específico, designado como Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias (EPAP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro, aplicando-se supletivamente o regime jurídico do contrato individual de trabalho, não detendo qualquer acordo de negociação colectiva.

O EPAP encontra-se regulamentado pela Portaria n.º 1098/99, de 21 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 364/2000, de 23.06, 345/2001, de 06.04, 218/2002, de 12.03, 577/2003, de 16.07, 1182/2004, de 14.09 e 1146/2005, de 08.11.

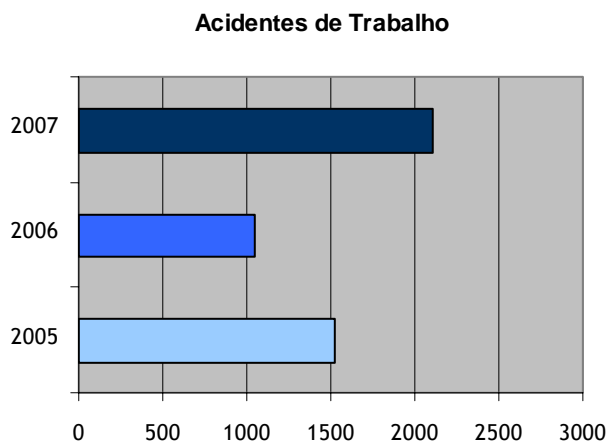
Ao pessoal técnico de pilotagem (pilotos) oriundo do ex - Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP) aplica-se, embora só muito residualmente, o Decreto-Lei n.º 361/78, de 27 de Novembro, do que resulta que aos pilotos contratados depois de 4 de Dezembro de 1998 é aplicado o EPAP.

No contexto das relações laborais com os pilotos, destaca-se igualmente a Portaria n.º 638/99, de 11 de Agosto, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 1139/2005, de 07.11, 1186/2004, de 15.09, 344/2001, de 06.09 e 217/2002, de 12.03.

5.3.1.3. Segurança e Saúde no Trabalho

5.3.1.3.1. Acidentes de Trabalho

No ano de 2007, verificou-se um aumento das horas de ausência derivadas de acidentes de trabalho, conforme se pode observar pelo gráfico abaixo.



Refira-se que as pequenas lesões relacionadas com tratamento ao nível dos primeiros socorros não foram incluídas nos dados constantes do gráfico acima.

5.3.1.3.2. Taxa de Absentismo

Conforme se pode observar pela análise do quadro abaixo, verifica-se um aumento da taxa de absentismo em 2007, justificada não só pelo agravamento das horas de ausência, mas também pela diminuição das horas trabalháveis em 2007.

Indicadores	2005	2006	2007
1. Potencial Máximo anual (horas trabalháveis)	237.072	243.141	241.947
2. Absentismo (horas de ausência)	10.719	9.682	10.246
Taxa de Absentismo (2:1x100)	4,52%	3,98%	4,23%

Os principais motivos de ausência são apresentados no quadro abaixo.

Motivos de ausência	N.º de horas		
	2005	2006	2007
Total	10.719	9.682	10.246
Acidente de trabalho	1.524	1.048	2.112
Doença	8.034	7.607	6.854
Assistência inadiável	281	110	76
Maternidade / Paternidade	116	689	133
Suspensões Disciplinares	608	0	699
Outras Causas	156	228	372

No ano de 2007, a APA promoveu, a elaboração de um Plano de Contingência para a Pandemia da Gripe, seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), que recomenda que as empresas deverão ter Planos de Contingência que contemplem a redução dos riscos para a saúde dos trabalhadores e a continuidade das actividades essenciais, de forma a minimizar o impacto de qualquer disrupção e a assegurar o funcionamento da sociedade.

O Plano de Contingência para a pandemia de Gripe da APA, tem como principais objectivos:

- Garantir que sejam estabelecidos alguns procedimentos considerados essenciais para a fase de prevenção da doença, assim como garantir em caso de pandemia, uma rápida intervenção do grupo coordenador seguindo os procedimentos do Plano em estreita colaboração com a Autoridade de Saúde Local;
- Optimizar a gestão dos recursos materiais e humanos durante a pandemia;
- Contribuir para o apoio social, durante a pandemia aos doentes e familiares da comunidade portuária;
- Contribuir para a redução do impacto negativo da pandemia na vida social e económica da empresa.

No ano de 2006, foi promovido pelo Sindicato representativo do sector a eleição dos representantes dos trabalhadores para a área da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST).

No seguimento da eleição dos representantes dos trabalhadores para a SHST, foi estabelecido um programa de acções, cujo objectivo principal foi focalizado no desenvolvimento de uma cultura positiva de segurança envolvendo uma elevada participação dos trabalhadores.

No ano de 2007, tiveram ainda início as reuniões periódicas de Segurança e Higiene no Trabalho (SHT) com os representantes dos trabalhadores eleitos, tendo havido continuidade

no processo de correcção de situações de não conformidade detectadas na Avaliação de Riscos Inicial, prevista no artigo 273 do Código de Trabalho (Lei 99/2003, de 27 de Agosto).

Ao longo do ano foi prestado o apoio na coordenação de segurança nas diversas empreitadas, levadas a cabo pela Direcção de Infra-estruturas.

Para atingir esse objectivo, foram estabelecidas as seguintes acções consideradas prioritárias:

- Formação especializada na área da SHST, dos representantes dos trabalhadores;
- Participação conjunta dos representantes dos trabalhadores em vistorias de segurança, auditorias e reuniões para a programação de acções de melhoria;
- Escolha conjunta de equipamento de protecção individual;
- Participação dos representantes em reuniões com a gestão de topo.

5.3.3.3. Formação e Educação

A APA, através dos seus Planos de Formação, visa dar resposta às necessidades de cada trabalhador, por forma a suprir as dificuldades do dia-a-dia surgidas no âmbito dos seus contextos funcionais, como também valorizar as suas actuais competências, solidificando bases para que possam expandir os seus conhecimentos, potenciando, simultaneamente a sua valorização pessoal.

No quadro abaixo, evidencia-se o Índice de formação, que tem vindo a evoluir significativamente ao longo destes três últimos anos.

	N.º de Trabalhadores								
	2005			2006			2007		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3
TOTAL	1.789	124	14,43	2.674	122	21,92	3.320	122	27,21
Dirigentes	12	3	4	222	3	74	219	3	73
Quadros superiores	803	31	25,90	1.072	30	35,73	1.470	30	49
Quadros médios	89	4	22,25	157	4	39,25	35	4	8,75
Quadros intermédios	234	8	29,25	145	8	18,13	43	8	5,38
Profissionais altamente qualificados e	627	53	11,83	857	52	16,48	1.345	52	25,87
Profissionais semi-qualificados	24	10	2,40	183	12	15,25	208	12	17,33
Profissionais não qualificados	0	15	0	38	13	2,92	0	13	0

1 - Carga Horária total de formação

2 - Total de empregados por categoria

3 - Índice de formação

5.3. 2. Diversidade e igualdade de oportunidades

5.3.2.1. Por categoria funcional

No que concerne à distribuição dos efectivos por categoria funcional, constata-se uma estabilização do quadro de pessoal. Note-se, no entanto, que as categorias com maior peso continuam a ser a dos Profissionais Altamente qualificados e qualificados e dos quadros superiores.

	N.º de Trabalhadores					
	2005		2006		2007	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total de Trabalhadores	86	38	85	37	85	37
Dirigentes	3	0	3	0	3	0
Quadros Superiores	21	10	20	10	20	10
Quadros médios	2	2	2	2	2	2
Quadros intermédios	6	2	6	2	6	2
Profissionais Altamente qualificados e qualificados	39	14	39	13	39	13
Profissionais semi-qualificados	10	0	12	0	12	0
Profissionais não qualificados	5	10	3	10	3	10

5.1.5.2. Por faixa etária

A maioria dos trabalhadores inclui-se na faixa etária entre os 30 e os 50 anos, conforme apresentado no quadro abaixo.

	N.º de Trabalhadores					
	2005		2006		2007	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total de Trabalhadores	86	38	85	37	85	37
Abaixo de 30 anos	1	3	0	2	0	2
Entre 30 a 50 anos	71	26	70	26	65	24
Acima de 50 anos	14	9	15	9	20	11

5.3.3. Direitos Humanos

5.3.3.1. Não - Discriminação

A APA assegura na contratação de pessoal e no acolhimento de estagiários, a inexistência de discriminação racial, de género ou qualquer outra.

5.3.3.2. Liberdade de Associação e acordo de negociação colectiva

A APA promove a liberdade associativa não discriminando colaboradores, face a movimentos associativos em que estejam integrados.

5.3.3.2. Trabalho Infantil

Nos processos de recrutamento e selecção da empresa, está contemplado o princípio de garantir a ausência de trabalho infantil. Não existe aliás qualquer caso, denúncia ou processo de tal prática.

5.4. Segurança

5.4.1. ISPS - International Ship and Port Facility Security Code

Por forma a aplicar medidas comunitárias destinadas a reforçar a protecção dos navios utilizados no tráfego internacional e nacional e das instalações portuárias conexas, face às ameaças e acções ilícitas intencionais, foi publicado o Decreto-Lei 226/2006, de 15 de Novembro que definiu a estrutura básica de organização interna de segurança dos portos. Assim, foi criada em 2007 a Comissão Consultiva de Protecção de Porto de Aveiro (CCPP), encontrando-se em fase de conclusão a avaliação de protecção do porto, que engloba todas as instalações e infra-estruturas deste porto.

No ano de 2007, foi desenvolvida, pela Divisão de Segurança, a avaliação de protecção do Terminal de Granéis Sólidos e posteriormente após a aprovação pela entidade competente foi elaborado o respectivo Plano de Protecção.

Refira-se ainda, que foram revistos todos os procedimentos de segurança, entre os quais se englobam os procedimentos dos vigilantes das portarias da APA e das equipas de protecção, sendo-lhes dada formação e realizado um simulacro.

Durante o ano de 2007, foi ainda realizado o exercício anual, no âmbito do ISPS, a qual abrange os Terminais Norte e Ro-Ro, Terminal de Granéis Líquidos e Terminal Especializado de Descarga de Pescado.

5.4.2. VTS - Vessel Traffic System

Por outro lado, e no seguimento da implementação de um moderno sistema de gestão de tráfego marítimo quer na zona costeira, quer na zona portuária, foi concluído o Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do porto de Aveiro, estando prevista a sua entrada em funcionamento em Agosto de 2008.

A construção de três torres de radar designadas por Aveiro 1, Aveiro 2 e Aveiro 3, estão localizadas, respectivamente, na entrada do porto, junto ao edifício dos Pilotos, nos terrenos anexos à empresa Bem Seca e junto ao jardim Oudinot. Estas torres irão permitir monitorizar

todas as embarcações, tanto na aproximação da entrada da Barra como em todas as zonas navegáveis no interior do porto.

As primeiras duas torres têm trinta metros de altura, sendo que a terceira, com quinze metros, será a que vai monitorizar o Canal de Mira.

Durante o ano de 2007, foi ministrada a 1.^a fase de formação dada pelo consórcio para os supervisores, operadores e técnicos de manutenção.

Em Novembro de 2007, teve início na Escola Náutica Infante D. Henrique, o curso para os futuros 6 operadores de VTS Portuário, curso este estruturado, segundo o modelo IALA - *International Association of Lighthouse Authorities* (Associação Internacional de Sinalização Marítima).

Refira-se que após a conclusão deste projecto o porto terá um sistema de gestão de tráfego marítimo, reforçando assim, todo o processo de segurança marítima, por dupla vertente de medidas preventivas (“safety”) e de medidas de protecção (“security”). Toda a informação recolhida pelo sistema será armazenada numa Base de Dados Nacional de Navegação Marítima.

De salientar, que o sistema VTS vai permitir:

- Aumentar a segurança marítima;
- Melhorar as condições de actuação em caso de acidentes ou incidentes marítimos;
- Proteger e melhorar o ambiente nas águas sob jurisdição nacional e
- Evitar intrusões e o desembarque de pessoas e outras actividades ilícitas.

5.4.3. Plano de Emergência

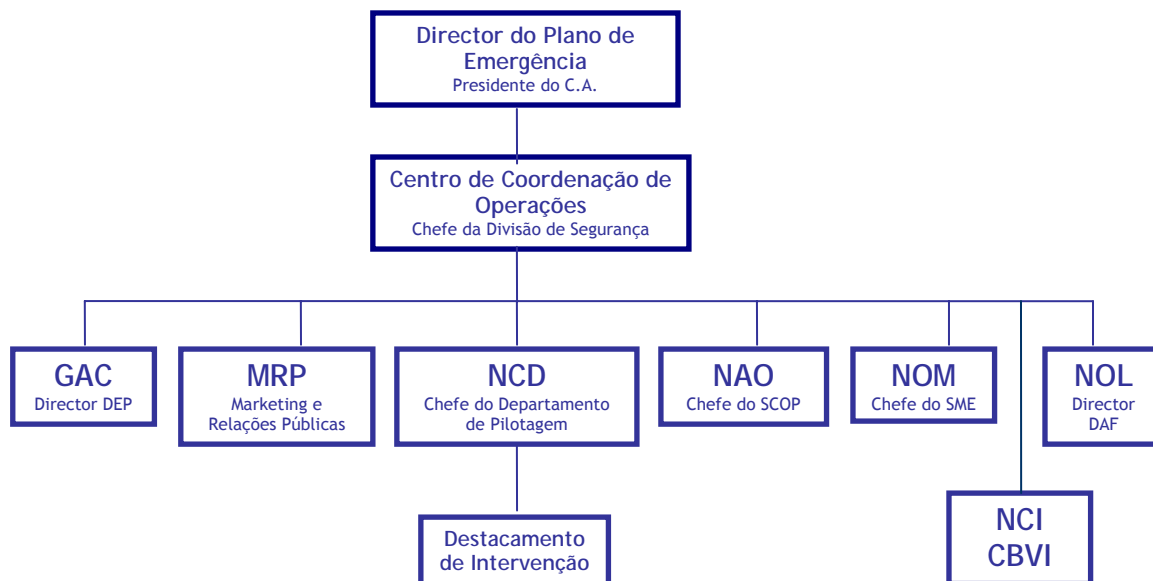
O Plano de Emergência Interno é um instrumento fundamental para a gestão de situações de emergência que ocorram na área de jurisdição da APA. As situações contempladas no referido plano, podem ter origem/causa:

- Interna - Movimentação manuseamento de materiais, armazenagem e navegação ou
- Externa - resultantes de empresas fixadas no exterior ou provocadas por fenómenos naturais (sismos, inundações, entre outros).

Este Plano visa a prevenção e resposta à emergência no intuito de minimizar os riscos de incêndio/explosão e de derrames de hidrocarbonetos ou outras substâncias perigosas.

Assim, contém os procedimentos de actuação em caso de acidente, bem como a definição da estrutura orgânica de combate à emergência, nomeadamente núcleos operacionais e respectivas funções e responsabilidades. Dos núcleos operacionais, destaca-se o núcleo de

combate a incêndios que assenta fundamentalmente nas corporações dos Bombeiros Novos e Velhos de Aveiro e Bombeiros de Ílhavo, com os quais a APA tem celebrado um protocolo.



GAC: Grupo de Assessoria e Consultoria
MRP: Marketing e Relações Públicas
NCD: Núcleo de Combate a Derrames
NAO: Núcleo de Apoio Operacional
NOM: Núcleo de Operações de Manutenção
NOL: Núcleo de Operações de Logística
DEP: Direcção de Exploração Portuária
DAF: Direcção Administrativa e Financeira
SCOP: Serviço de Coordenação de Operações Portuárias
SME: Serviço de Manutenção de Equipamentos
NCI: Núcleo de combate a Incêndios
CBVI: Comandante dos Bombeiros Voluntário de Ílhavo

Refira-se ainda que o PEI (Plano de Emergência Interno) em vigor encontra-se coordenado com os PEI elaborados pelas empresas sediadas no porto de Aveiro e é tutelado pelo Plano de Emergência externo da Protecção Civil.

6. Índice do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade

Referência GRI	Indicador	Página	Obs.
1. Estratégia e Análise			
1.1	Declaração da pessoa com o maior poder de decisão na organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e a sua estratégia	2;9	
1.2	Descrição dos principais impactes, riscos e oportunidades	4	
2. Perfil Organizacional			
2.1	Denominação da organização relatora	8	
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	9;10	
2.3	Estrutura Operacional da organização e principais divisões, operadoras, subsidiárias e <i>joint ventures</i>	11	
2.4	Localização da sede social da organização	15	
2.5	Número de países em que a organização opera, assim como os nomes dos países onde se encontram as principais operações ou que têm uma relevância específica para as questões da sustentabilidade, abrangidas pelo relatório	12	
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	8	
2.7	Mercados abrangidos	12	
2.8	Dimensão da organização relatora	16	
2.9	Principais alterações que tenham ocorrido, durante o período abrangido pelo relatório, referentes à dimensão, à estrutura organizacional ou à estrutura accionista		NA
2.10	Prémios recebidos durante o período abrangido pelo relatório		NA
3. Parâmetros para o Relatório			
Perfil do relatório			
3.1	Período abrangido	18	
3.2	Data do último relatório publicado		NA
3.3	Ciclo de publicação de relatórios		NA
3.4	Contacto para perguntas referentes ao relatório ou ao seu conteúdo	18	
Âmbito e limites de enquadramento do relatório			

Relatório de Sustentabilidade de 2007

3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório	2;18;28	
3.6	Limite do relatório	2;18;28	
3.7	Limitações específicas relativas ao âmbito e ao limite do relatório	2;18;28	
3.8	Base para a elaboração do relatório, no que se refere a <i>joint venture</i> , subsidiárias, instalações arrendadas, operações atribuídas a serviços externos e outras entidades, passíveis de afectar significativamente a comparação entre diferentes períodos e/ou organizações		NA
3.9	Técnicas de medição de dados e bases de cálculo, incluindo hipóteses e técnicas subjacentes às estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e de outras informações contidas no relatório	-----	
3.10	Explicação do efeito de quaisquer reformulações de informações existentes em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações		NA
3.11	Alterações significativas, em relação a relatórios anteriores, no âmbito, em relação a relatórios anteriores, no âmbito, limite ou métodos de medição aplicados		NA
GRI CONTENT INDEX			
3.12	Sumário do conteúdo da GRI	54	
Verificação			
3.13	Política e prática corrente relativa à procura de um processo independente de garantia de fiabilidade para o relatório		NA
4. Governação, Compromissos e Envolvimento			
Governação			
4.1	Estrutura de governação da organização	20;21	
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governação também exerça funções de director executivo		NA
4.3	Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não executivos do conselho do mais alto órgão de governação		NA
4.4.	Mecanismos que permitem a accionistas e funcionários transmitir recomendações ou orientações ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado	20;21	
4.5	Relação entre a remuneração dos membros do órgão de governação hierarquicamente mais elevado, dos directores de topo e dos executivos e o desempenho da organização		ND
4.6	Processos ao dispor do órgão de governação hierarquicamente mais elevado para evitar a ocorrência de conflitos de interesse		ND
4.7	Processo para a determinação das qualificações e competências exigidas aos membros do órgão de governação hierarquicamente mais elevado para definir a estratégia da organização relativamente às questões ligadas ao desempenho económico, ambiental e social		ND

4.8	O desenvolvimento interno de declarações de princípios ou de missão, códigos de conduta e princípios considerados relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como a fase de implementação	4;5 e 6
4.9	Processos do órgão de governação, hierarquicamente mais elevado, para supervisionar a forma como a organização efectua a identificação e a gestão do desempenho económico, ambiental e social, a identificação e a gestão de riscos e oportunidades relevantes, bem como a adesão ou conformidade com as normas internacionalmente aceites, códigos de conduta e princípios	44
4.10	Processos para a avaliação do desempenho do órgão de governação hierarquicamente mais elevado, especialmente em relação ao desempenho económico, ambiental e social	ND

Compromissos com Iniciativas Externas

4.11	Explicação sobre se o princípio da precaução é abordado pela organização e de que forma	ND
4.12	Cartas, Princípios ou outras iniciativas, desenvolvidas externamente, de carácter económico, ambiental e social, que a organização subscreve ou defende	ND
4.13	Participação significativa em associações e/ou organizações de defesa nacionais/internacionais	ND
4.14	Relação dos grupos que constituem as partes interessadas envolvidas pela organização	22-26
4.15	Base para a identificação e selecção das partes interessadas a serem envolvidas	23
4.16	Abordagens utilizadas para envolver as partes interessadas, incluindo a frequência do envolvimento, por tipo e por grupos, das partes interessadas	ND
4.17	Principais questões e preocupações identificadas através do envolvimento das partes interessadas e as medidas adoptadas pela organização no tratamento das mesmas, nomeadamente através dos relatórios	ND

5. Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho

Indicadores de Desempenho Económico

EC1	Valor económico directo gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos	28-30
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização, devido às alterações climáticas	ND
EC3	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização	NA
EC4	Apoio financeiro significativo recebido do governo	31

Presença no Mercado

EC6	Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes	ND
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes	ND

Relatório de Sustentabilidade de 2007

Impactes Económicos Indirectos

EC8	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infra-estruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou <i>pro bono</i>	ND
-----	--	----

Indicadores de Desempenho Ambiental

Materiais

EN1	Materiais utilizados, por peso ou por volume	36	ND
EN2	Percentagem de materiais utilizados que são provenientes de reciclagem		ND

Energia

EN3	Consumo directo de energia, discriminado por fonte de energia primária	35	
EN4	Consumo indirecto de energia, discriminado por fonte primária de energia	36	

Água

EN8	Consumo total de água, por fonte	37	
-----	----------------------------------	----	--

Biodiversidade

EN11	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas	38	
EN12	Descrição dos impactes significativos de actividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas		ND

Emissões, efluentes e resíduos

EN16	Emissões totais directas e indirectas de gases com efeito de estufa, por peso	39	
EN17	Outras emissões indirectas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso		ND
EN19	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso		ND
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso		ND
EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino	36	
EN22	Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação	42	
EN23	Número e volume total de derrames significativos	43	

Produtos e Serviços

EN26	Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte		ND
------	---	--	----


Relatório de Sustentabilidade de 2007

EN27	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens, por categoria	ND
Conformidade		
EN28	Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais	43
EN30	Total de custos e investimentos com a protecção ambiental, por tipo	44
Indicadores de Desempenho Social		
Emprego		
LA1	Discriminação da mão-de-obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região	44
LA2	Número total de trabalhadores e respectiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região	44
Relações entre funcionários e administração		
LA4	Contratação colectiva	44
LA5	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação colectiva	NA
Segurança e Saúde no Trabalho		
LA7	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região	46
LA8	Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afectados por doenças graves	47
Formação e Educação		
LA9	Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com sindicatos	47
LA10	Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções	47
Diversidade e igualdade de oportunidades		
LA13	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade	48
LA14	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções	ND
Desempenho referentes aos Direitos Humanos		
Práticas de Investimentos e de aquisição		
HR1	Percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos	ND

HR2	Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas	ND
Não discriminação		
HR4	Número total de casos de discriminação e acções tomadas	48
Liberdade de associação e acordo de negociação colectiva		
HR5	Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação colectiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação	49
Trabalho infantil		
HR6	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação	49
Trabalho Forçado e Escravo		
HR7	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação	ND
Desempenho social referente à Sociedade		
Comunidade		
S01	Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactes das operações nas comunidades, incluindo no momento da sua instalação durante a operação e no momento da retirada	ND
Corrupção		
S02	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	ND
S03	Percentagem de trabalhadores que tenham efectuado formação nas políticas e práticas de anti-corrupção da organização	ND
S04	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	ND
Políticas Públicas		
S05	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão	ND
Conformidade		
S08	Montantes das coimas significativas e número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais	ND
Desempenho referentes à responsabilidade do produto		
Saúde e Segurança do Cliente		
PR1	Ciclo de vida dos produtos e serviços em que os impactes de saúde e segurança são avaliados com o objectivo de efectuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos	ND
Rotulagem de produtos e serviços		
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos	ND
Comunicações e Marketing		
PR6	Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de <i>marketing</i> , incluindo publicidade, promoção e patrocínio	ND
Conformidade		

PR9	Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços	ND
NA - Indicador não aplicável à organização		
ND - Indicador cuja informação não se encontrava disponível para a elaboração deste relatório		

Nível de Aplicação do GR

	C	C+	B	B+	A	A+
Auto declaração		----	----	----	----	----
Verificado por entidade externa	----	----	----	----	----	----
Verificado pelo GRI	----	----	----	----	----	----

7. Glossário e critérios de cálculo dos indicadores

7.1. Glossário

Arqueação Bruta (GT) - Medida do volume total de uma embarcação.

Ausências - referem-se a qualquer tipo de não comparência a um período normal de trabalho a que o colaborador está vinculado.

Biodiversidade - conceito que abrange a variedade das espécies biológicas, a diversidade genética numa dada espécie e a diversidade dos ecossistemas.

Carga fraccionada - carga apresentada em avulso, acondicionada em embalagens (ou não).

Carga geral - carga acondicionada em unidades avulsas (exemplo: caixotes) podendo ser posteriormente contentorizada.

Carga Ro-Ro - carga que se encontra acondicionada em reboque ou semi-reboque que entra ou sai do navio que a transporta por mar.

Diuturnidades - são uma forma de remunerar o tempo de serviço numa dada categoria, no pressuposto que essa permanência constitui uma mais valia de experiência e de produtividade, que deve ser compensada.

Fracções recicláveis - grupos de resíduos recolhidos separadamente e passíveis de serem reaproveitados, mediante transformação, permitindo a sua utilização para o fabrico de novos materiais.

Granéis - carga que, possuindo características uniformes, não é susceptível de contagem unitária e não se apresenta embalada.

Hinterland - zona de influência em toda a área industrial e comercial interior ligada ao porto e por ele servida.

Não-Conformidade - Não cumprimento de um requisito legal.

Reputação duvidosa - assegurar o cumprimento das obrigações fiscais e com a Segurança Social por parte dos fornecedores a quem são adjudicados fornecimentos de bens e serviços.

Terminal - instalações especializadas para a movimentação de cargas, passageiros, contentores, etc.

Partes interessadas - entidades, individuais ou colectivas, que de alguma forma afectam ou são afectadas pelo desempenho da organização.

PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central.

Z.H. - Zero Hidrográfico - Plano de referência situado a 2 metros abaixo do nível médio do mar.

7.2. Critérios de cálculo

7.2.1. Indicadores Económicos

Autonomia Financeira - rácio que possibilita verificar a percentagem do activo que se encontra a ser financiado pelos capitais próprios, resulta do quociente entre os capitais próprios e o activo total líquido.

Resultado Extraordinário - resulta da diferença entre os proveitos e custos de natureza extraordinária.

Resultado Financeiro - resulta da diferença entre os proveitos e custos de natureza financeira (juros suportados e obtidos, descontos de pronto pagamento obtidos e concedidos, entre outros).

Resultado Líquido - resulta da soma do Resultado Operacional, Financeiro e Extraordinário, deduzido do Imposto sobre o Rendimento, fazendo a ligação entre o Balanço e a Demonstração de Resultados.

Resultado Operacional - Resultado gerado pela actividade principal da empresa, sendo obtido pela diferença entre as prestações de serviços e os custos operacionais (custos com o pessoal, amortizações, fornecimentos e serviços externos, entre outros)

7.2.2. Indicadores Ambientais

Consumo de energia - foram somados os consumos directos - combustível (gasóleo e gasolina) da APA e calculados os consumos indirectos, através da medição da energia fornecida pela EDP, ainda que parte desta tenha sido distribuída aos diferentes utilizadores da área portuária e, portanto, não directamente consumida pela organização.

Total de emissão de gases com efeito de estufa (GEE) - a partir dos consumos de energia obtidos foram calculadas as emissões equivalentes de CO₂, tendo por base as orientações para a monitorização e a comunicação de informações relativas às emissões de gases com efeito de estufa”, publicadas na Decisão da Comissão Decisão da Comissão 2007/589/CE, de 18 de Julho, e a partir dos factores nacionais de emissão para a electricidade gerada, dependentes da contribuição dos diferentes tipos de energia para o total da energia fornecida em cada ano.

Consumo de água - índice calculado com base nas medições totais dos contadores dos diferentes furos de captação de água para consumo humano. Os consumos de terceiros foram obtidos através das leituras dos respectivos contadores e o consumo da APA foi estimado pela diferença entre o volume total e os consumos de terceiros. Não foram considerados os consumos de água para emergência, provenientes de furos de captação com água salobra e sem utilização regular.

Resíduos - as quantidades de resíduos produzidos, foram calculadas com base nas quantidades removidas no ano. Os resíduos foram divididos em resíduos perigosos e não perigosos, conforma a classificação constante da Portaria n.º 209/2004, de 3 de Março. Dentro destas categorias, os resíduos foram ainda separados em função do destino final - eliminação ou reciclagem.

Risco de derrame - este indicador é definido em função do grau de significância dos derrames ocorridos e dos efeitos no meio receptor adjacente. De modo a classificar os derrames que ocorreram, recorreu-se às definições constantes da Resolução do Conselho de Ministros 25/93, de 15 de Abril, designadamente, dos graus de prontidão e das entidades responsáveis pela actuação em função do grau definido. Os derrames de 2005 e 2007 foram classificados como 4.º grau de prontidão, pequenos derrames de âmbito muito localizado, de impactes reduzidos e combatidos com os meios locais.

7.2.3. Indicadores Sociais

Taxa de Absentismo - corresponde a todas as ausências (excepto férias e licenças), e é determinada pela percentagem do número total de faltas relativamente ao número de dias úteis de trabalho, num determinado período de tempo.

Índice de formação - quantifica a carga horária de formação, pelo total de trabalhadores por categoria.